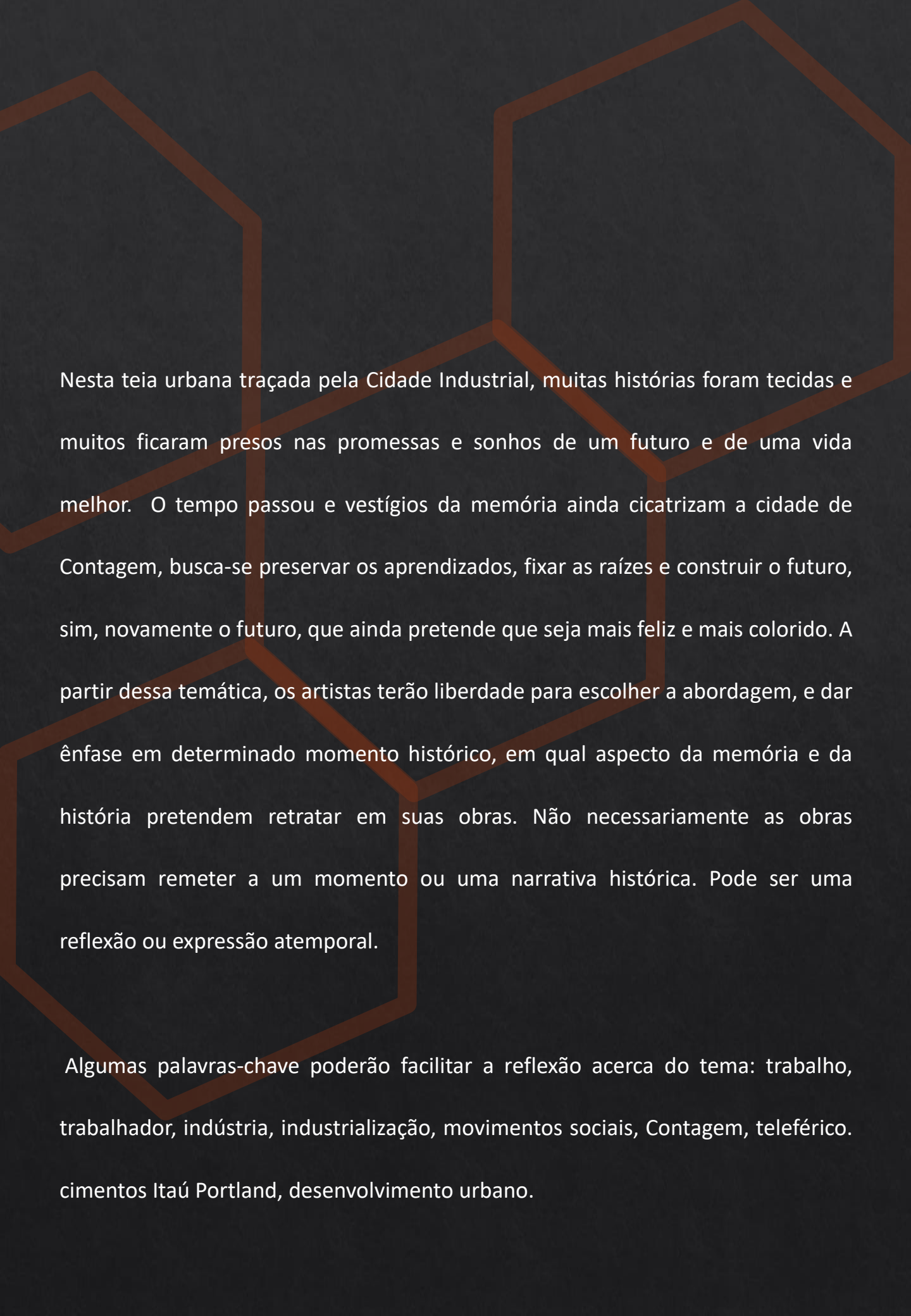


**MOVIMENTA ARTE URBANA
AVENIDA TELEFÉRICO**

MATERIAL DE APOIO TEÓRICO

“MEMÓRIA OPERÁRIA: PESSOAS, LUGARES E HISTÓRIAS”

A Cidade Industrial, conhecida por protagonizar icônicos movimentos de trabalhadores tem imagens que ocupam os imaginários de muitos contagenses e moradores de Contagem. Suas fábricas, com telhados pontiagudos e chaminés gigantescas e esguias compõem a paisagem urbana de Contagem. Dentro de seus pátios, no entanto, existem vidas, vidas que fazem histórias e trazem afetividade e humanidade ao ambiente duro e mecânico, repleto de engrenagens, maquinários, fornos e materiais em forma bruta. Ao mesmo tempo em que o homem e a mulher da indústria transformam minério em aço, aço em chapas, chapas em peças, peças em aparelhos, a fábrica também transforma o ser humano e a sociedade. O céu, a terra, os rios também são transformados e o tom cinza das chaminés pintam também as águas dos córregos e riachos, o rosto do pai e da mãe, do filho e da neta e a fuligem do progresso econômico e da vitória pessoal na sociedade cobra o seu preço e cria outros produtos fora da fábrica.

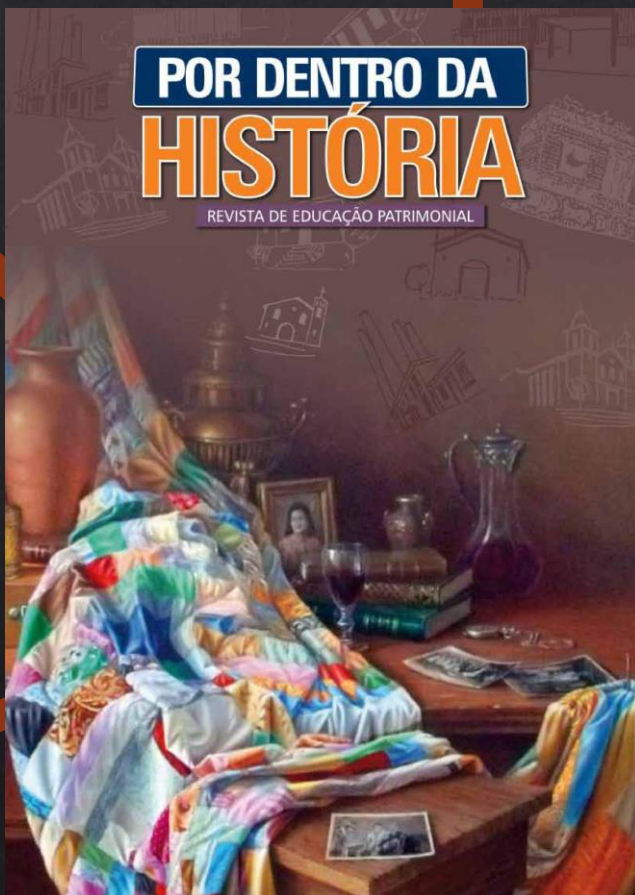


Nesta teia urbana traçada pela Cidade Industrial, muitas histórias foram tecidas e muitos ficaram presos nas promessas e sonhos de um futuro e de uma vida melhor. O tempo passou e vestígios da memória ainda cicatrizam a cidade de Contagem, busca-se preservar os aprendizados, fixar as raízes e construir o futuro, sim, novamente o futuro, que ainda pretende que seja mais feliz e mais colorido. A partir dessa temática, os artistas terão liberdade para escolher a abordagem, e dar ênfase em determinado momento histórico, em qual aspecto da memória e da história pretendem retratar em suas obras. Não necessariamente as obras precisam remeter a um momento ou uma narrativa histórica. Pode ser uma reflexão ou expressão atemporal.

Algumas palavras-chave poderão facilitar a reflexão acerca do tema: trabalho, trabalhador, indústria, industrialização, movimentos sociais, Contagem, teleférico, cimentos Itaú Portland, desenvolvimento urbano.

POR DENTRO DA
HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



POSTES DO TELEFÉRICO DA ANTIGA FÁBRICA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ

A Companhia de Cimento Portland Itaú foi uma das primeiras indústrias a ser instalada na Cidade Industrial, começando sua construção na década de 1940. Para o transporte do calcário, matéria-prima para a produção de cimento, foi instalado um teleférico de São José da Lapa, onde ficava a jazida da fábrica, à Contagem. O teleférico era composto de postes onde eram instalados cabos de aço para caçambas corredeiras que além do calcário, transportava alimentos e, algumas vezes serviam de carona para os trabalhadores da fábrica e crianças. Com o fechamento da Itaú, o teleférico foi desativado e alguns postes foram demolidos.

Em 2011, o GETEC - Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Comunitária solicitou à Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural, o inventário dos postes da Avenida Teleférico no bairro Água Branca, pois o vai-e-vem das caçambas fazem parte da história do processo de industrialização de Contagem.

Em visita a campo partindo da Avenida Teleférico, no bairro Água Branca e pelos bairros Laguna, Arvoredo, Nacional, Estrela Dalva, Xangrilá, até a divisa com o município de Belo Horizonte, encontramos cinquenta e dois postes do antigo teleférico.



PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

HISTÓRIA, MEMÓRIA E CULTURA

Ronaldo André Rodrigues da Silva¹

1. INTRODUÇÃO

A vida social, as construções e o desenvolvimento urbano, das cidades e da sociedade não podem ser vistos de maneira independente e desconectados. As diferentes relações se estabelecem entre a sociedade e as organizações e influenciam os conceitos de patrimônio e cultura que extrapolam os aspectos geralmente percebidos e abordados. A memória social e a cultura estão determinadas, também, pelas relações entre organização e sociedade. O imaginário social muitas vezes se confunde com a percepção dos grupos sociais e dos indivíduos, e a memória social representada, que inclui a construção do eu e do social, decorre das experiências vividas na organização e por ela determinadas.

Esses fatos podem ser observados, principalmente,

nas empresas pioneiras do Brasil, a partir do processo de industrialização, seja em um período mais remoto – final do século XIX ou início do XX – ou mesmo mais recente. As organizações produtivas, em alguns casos, contribuíram ou contribuem para o desenvolvimento, não somente sob o papel do capital, mas também social. A instalação e desenvolvimento de setores produtivos no Brasil desde os séculos XVII e XVIII, seja na economia agropastoril ou industrial, constituiu-se com o desenvolvimento dos ciclos produtivos, a “indústria” da cana-de-açúcar, do ouro, do café e outros menores como do fumo e borracha, o desenvolvimentismo getulista, kubschektista, do período militar ou do recente período democrático.

Observa-se que o desenvolvimento desta centralidade em torno das organizações tem influência na formação e desenvolvimento de cidades e torna-se um dos principais

¹Bacharel em Engenharia Elétrica - Ênfase Sistemas Eletrônicos pela Puc Minas (1989) e em Administração pela UFMG (1994); Mestrado em Administração pela UFMG (1999); Especialização em *Ética, Capital Social y Desarrollo en la Universidad* (2004), pela OEA, Especialização em Sociologia - *Diploma de Estudios Avanzados* (2003) pela *Universidad Complutense de Madrid* (Espanha); e *Máster en Conservación y Restauración del Patrimonio Arquitectónico y Urbano* (2007), pela *Escuela Técnica Superior en Arquitectura de Madrid / Universidad Politécnica de Madrid* (Espanha). Professor Assistente III da Puc Minas. Áreas de pesquisa: Sociologia Organizacional e do Trabalho e Gestão Cultural e Patrimonial com foco de atuação nos temas relacionados à Arqueologia Industrial e ao Patrimônio Industrial. Membro fundador do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH-Brasil), em 2004, vinculado o TICCIH - *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage*, órgão consultivo em patrimônio cultural e industrial do ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Presidente do Comitê biênio 2009-2011. Membro associado da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e membro fundador da Sociedade de Arqueologia Brasileira - Seção Sudeste (SAB-Sudeste).

fatores de aglutinação social e de formação cultural dos centros em que se estabeleciam relações empresa-comunidade.

A busca por um compartilhamento das necessidades sociais entre empregados e empresa determina peculiaridades nas relações estabelecidas e particularidades em relação às organizações que se estabeleceram com frutos sociais de suas atividades: a criação de vilas operárias, centros de lazer (cinemas, teatros, rádios, clubes esportivos etc) ou quaisquer atividades sociais constituídas de funcionários e suas famílias.

O desenvolvimento das cidades, em alguns casos, determinou o crescimento e a acelerada urbanização, trazendo consigo influências nas relações sociais e sindicais, entre organização e comunidade, além das relações construídas a partir das perspectivas passadas e sob pontos de vista dos ex-trabalhadores, das mulheres, dos idosos e dos que reconstróem as relações globais entre sociedade e empresa. Tal formação cultural e social a partir das organizações permite reconstituir e reconstruir parte da memória social e empresarial brasileira.

2. PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os conceitos desenvolvidos para descrever patrimônio vêm, a cada ano, sendo ampliados e agregados ao conceito tradicional. Conjuntamente à patrimonialidade material se tem pensado na natureza e diversidade do que se pode considerar patrimônio.

Para Abreu e Chagas (2003), os fatores que constroem esse conceito determinam nos últimos anos sua ampliação que abarca as ciências humanas, já tradicionais, e as de tecnologia (patrimônio tecnológico e material); saúde e biológicas (patrimônio genético), dentre outras. Além disso, também se incluem novas maneiras de 'pensar' o patrimônio que emergem com mais intensidade como o patrimônio imaterial e o patrimônio intangível. No caso brasileiro se tem a ampliação do conceito a partir de sua inclusão na Constituição Federal, promulgada em 1988. Nela se aplica o conceito no qual

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas que se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e lugares de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Artigo 216).

As interpretações do conceito representam uma gama de possibilidades para o patrimônio brasileiro, além de permitir a ampliação das mais diversas manifestações da memória e da cultura nacionais. As novas possibilidades de se construir a memória nacional garantem, dessa for-

ma, que elementos antes não considerados patrimoniais, como os edifícios industriais e organizacionais, tivessem novas caracterizações que os permitissem à identificação de patrimônio cultural.

Outra norma que propõe a inovação na definição de patrimônio e por consequência nos bens por ele produzidos foi o Decreto Presidencial de 2000 que criou o livro de registro dos bens culturais de natureza imaterial. Nele estão classificadas quatro categorias distintas: o "Registro dos Saberes", o "Registro das Celebrações", o "Registro das Formas de Expressão" e o "Registro dos Lugares". (BRASIL, 2000).

Tal conceituação articula-se com aquela designada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e privilegia a preservação do patrimônio denominado industrial, mesmo que indiretamente. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003, apresenta uma preocupação com o conhecimento transmitido de maneira geracional em que "a interação entre ambiente, natureza e história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana". (IPHAN, 2003).

Um exemplo desta preocupação encontra-se reconhecida no Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, no Espírito Santo ou os remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, Iperó, SP, que permanecem quase como 'casos isolados' no que se refere à preservação do patrimônio industrial no Brasil. Outras relações estabelecidas entre o patrimônio cultural e as empresas ocorrem nas cidades do "Vale do Aço", Minas Gerais, em que são citadas as cidades que possuem fábricas da empresa CSBM (Companhia Siderúrgica Belgo Mineira) com a reconstrução e reorganização de manifestações culturais a partir da ação dos operários das fábricas, havendo eleição de reis e rainhas negros do congado. (MEDEIROS, 2004).

Assim, uma preocupação articulada entre diversos atores sociais permite que o patrimônio cultural seja percebido a partir das relações estabelecidas entre memória e história e se torna essencial para uma integração aos demais conceitos a ele interrelacionados, tais como a identidade individual e coletiva. Tem-se que as várias formas de se articular cultura e memória, história e sociedade, passado e presente definem, de infinitas maneiras, novas fronteiras e articulações que identificam uma linguagem nacional própria, identidade e memória sociais que muitas vezes são significantes e trazem significado a algumas questões que inquietam os estudiosos e apaixonados pela memória cultural. (FERREIRA; ORRICO, 2002).

3. PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: POSSIBILIDADES BRASILEIRAS

A aproximação dos conceitos de história, memória e cultura, e os processos de industrialização, pode ser percebida a partir da cultura material, interdisciplinar, que se compõe de fatores não somente sociais, mas também econômicos e determina a identidade e o comportamento de indivíduos e grupos. O entendimento da cultura material compõe-se de fatores materiais (as empresas em si) e imateriais (as memórias dos trabalhadores); tangíveis (maquinários e tecnologia) e intangíveis (know-how e savoir faire).

As origens da arqueologia industrial podem ser descritas a partir da Idade Moderna, com a utilização de diversos meios

de intensificação da produção, os quais começam a ser utilizados com uma vinculação aos processos de industrialização e uma reordenação morfológica dos edifícios produtivos durante os séculos XVIII e XIX de acordo com os modos de exploração e tecnologia aplicados. Estes fenômenos são perceptíveis com a desapropriação do conhecimento e das técnicas produtivas que são repassadas dos homens às empresas, junto a uma maior individualização do trabalho e à especialização produtiva. (TORRÓ, 1994).

Para Bergeron (1995), os movimentos de construção da arqueologia industrial estão intimamente ligados aos processos de promoção e conservação, inventário, documentação, investigação e valorização do patrimônio industrial, suas implicações nos processos de vida do homem e de construção do atual estado da sociedade. Dessa maneira, em 2003, através da Carta de Nizhny, o TICCIH (The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage) construiu conceitos de patrimônio industrial e arqueologia industrial, os quais abarcavam o seguinte conteúdo:

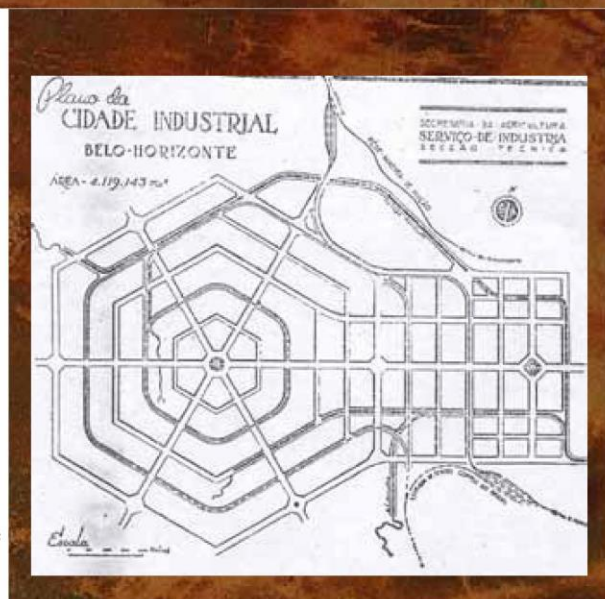
O patrimônio industrial se compõe dos restos da cultura industrial que possuam um valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes restos consistem em edifícios e maquinaria, escritórios, moinhos e fábricas, minas e lugares para processar e refinar, armazéns e depósitos, lugares onde se gera, se transmite e se usa energia, meios de transporte e toda sua infra-estrutura, assim como os lugares onde se desenvolvem as atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como as moradias, o culto religioso ou a educação.

A arqueologia industrial compreende um método interdisciplinar para o estudo de toda evidência, material ou imaterial, de documentos, artefatos, estratigrafia e estruturas, assentamentos humanos e terrenos naturais e urbanos, criados por processos industriais ou para eles. A arqueologia industrial faz uso dos métodos de pesquisa mais adequados para fazer entender melhor o passado e o presente industrial. (TICCIH, 2003).

Uma diferenciação que se pode fazer entre os conceitos acima poderia ser descrita como sendo o patrimônio industrial um conceito concentrado nas atividades de conservação. A arqueologia industrial contém o primeiro e o utiliza como fonte de pesquisa e constructo para uma planificação, orientação, organização e salvaguarda dos conteúdos históricos das indústrias e demais organizações.

O patrimônio industrial tem uma relação mais restrita à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca sua conservação em um sentido mais amplo do termo. Este envolve princípios de proteção, reutilização, museologia, etc. com vistas a uma orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de órgãos gestores administrativos dos restos industriais ou de particulares responsáveis por ele. (SANTACREU SOLER, 1992).

A arqueologia industrial abarca, ainda, outras formas de reconhecimento da memória industrial, seja através, e a partir, do conceito de patrimônio ou segundo outras perspectivas de se percebê-lo. Outra perspectiva de análise envolve a interpretação dos processos e estruturas indus-



triais, sejam eles internos ou externos à mesma, ou a proteção e uso dos "restos" do processo da industrialização. Uma das principais finalidades consiste em inventariar e analisar as estruturas e os arquivos oficiais das sociedades industriais. A busca pelos vestígios industriais transpassa as análises de registro material, do trabalho e das relações sociais. Envolve desde as matérias primas aos meios de produção e também os meios de vida ou consumo. Busca-se com um olhar histórico-cultural envolver traços de uma estrutura administrativa, econômica e política que contém, também, uma dimensão humana no fenômeno global da industrialização. (CANDELA SOTO, 2000).

Tem-se que as áreas de relevância para a representatividade do patrimônio industrial se desenvolvem em torno do trabalho humano e das diversas relações complementares que envolvam as diversas possibilidades de interdisciplinaridade. A valorização do patrimônio industrial e suas implicações nos processos de vida e de construção atual da sociedade ocorrem na interligação de conceitos relacionados à história e à memória industriais, bem como uma preocupação com o patrimônio imaterial e urbano atrelado ao patrimônio industrial tem seu foco em uma percepção parcial do conceito que apresenta pouca atenção às inúmeras possibilidades de se perceber a cultura e a memória nacionais através dele.

Percebe-se que ocorre uma infinidade de formas para se articular cultura e memória, história e sociedade, passado e presente e diversas maneiras em se criar novas fronteiras que identifiquem uma linguagem própria, uma identidade cultural e industrial e uma memória empresarial e social. As transformações provocadas por empresas tendem a transformar ou modificar de alguma forma a vida social. O estudo dos impactos sociais da indústria determina a construção de uma história social que envolve desde a busca da harmonia até a da contradição das relações dos espaços sociais pré-existentes. As chamadas "ruínas" históricas do passado industrial se constituem em vestígios (paisagem, lugares, infraestruturas, edifícios, equipamentos, produtos e equipamentos, etc.), assim como toda informação a eles relacionada (arquivos, recordações pessoais, memórias, etc.).

Dessa maneira, o patrimônio industrial não deve ser percebido como uma relação restrita à existência de um patrimônio técnico e arquitetônico, que busca a conservação. Ele envolve princípios de proteção, reutilização,



museística, etc. com vistas à orientação, planificação e organização da memória industrial a partir das atuações de gestores públicos (órgãos de preservação, patrimônio e cultura) ou particulares (museus, centros de cultura e de memória, etc.).

A implantação das indústrias e suas influências sociais, por vezes, determinam a formação de núcleos sociais, vilas operárias e mesmo cidades. A necessidade em estabelecer relações diretas com a sociedade e desenvolver ações implicam em uma estrutura social e cultural, fatores de uma complexa rede de interligações.

O patrimônio industrial valorizado possibilita às antigas instalações industriais e sua estrutura não se transformarem em friches com aspectos de desinteresse ou abandono vistos como 'cemitérios industriais'. Os friches – expressão francesa – ou vazios industriais estão associados às diversas estruturas industriais, produtivas ou não, destinadas a alojamentos, escritórios, estacionamentos, áreas de lazer, parques, armazéns cujos novos usos, geralmente, descaracterizam o passado e se constituem em ameaças à verdadeira memória social e industrial contidas nestes lugares. (Mendonça, 2001).

A recuperação da história industrial e cultural apresenta uma possibilidade de conhecimento de uma época vivida e

de seu entorno, das mudanças organizacionais, das transformações e reflexos nas condições de vida e trabalho das pessoas, das demandas de qualificação, da orientação geral e das possibilidades de ação do "trabalhador coletivo". Estes fatores têm sido pouco considerados para explicar as mudanças sociais e as expectativas e limitações da sociedade contemporânea. A construção de campos interdisciplinares que proporcionem a confluência de história [memória], cultura e organização apresenta relações entre a prática do trabalho e a sociedade, suas consequências econômicas, sociais e industriais. Envolve-se uma complexa rede de elos que definem o processo de acumulação do capital, de desenvolvimento econômico, social e cultural. As relações entre os conceitos de patrimônio, cultura e indústria, entre a materialidade e o imaterial são desafios à interdisciplinaridade do 'patrimônio cultural' amplo. A ampliação do conceito patrimonial constitui-se em um desafio, pois permite desenvolver a memória e a história cultural-industrial e possibilita um maior entendimento da continuidade entre passado-presente-futuro.

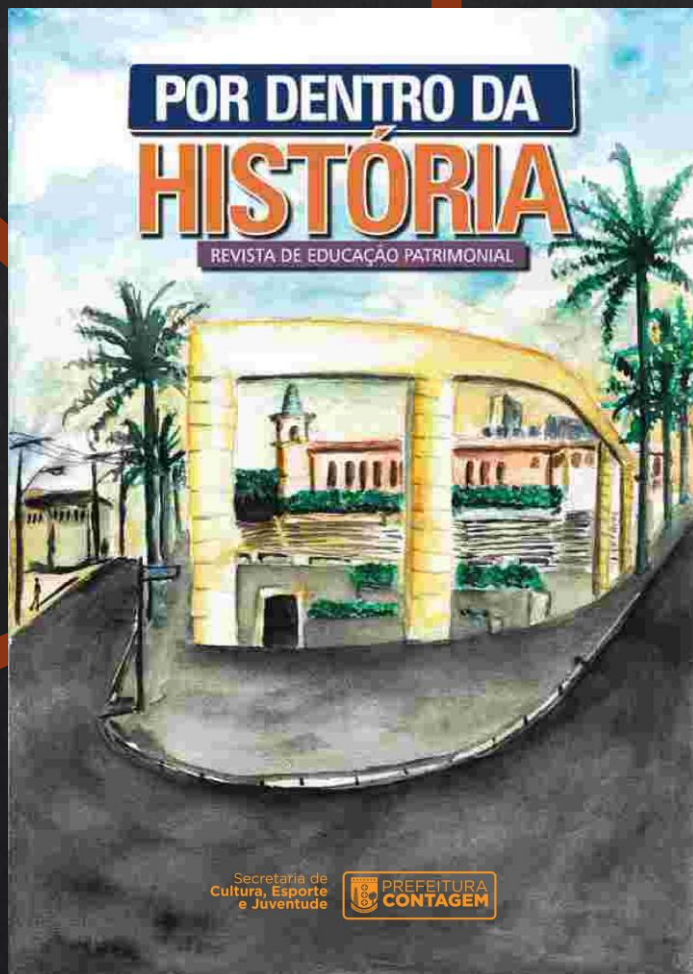
Fábrica desativada da Lafersa. Foto: Alexandra Ponsá.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AMADO MENDES, José. O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências actuais. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Sep. Didaskalia, vol XXIX, fasc. 1 e 2, pp. 667-692, 1999.
- BERGERON, Louis. Arqueología Industrial, pasado e presente. In: Revista de Historia Industrial, nº 7, pp.169-195, 1995.
- BRASIL. Ministério da Cultura, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional de Arte (orgs.). O registro do patrimônio imaterial, Brasília, 2000.
- BURITÍY, Joanildo A. (org.) Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CANDELA SOTO, Paloma. Arqueología del trabajo en Madrid: la azucarera de Aranjuez, 1898-1950. In: Historia Social. nº 37, pp. 27-52, 2000.
- FERREIRA, Lúcia M.A.; ORRICO, Evelyn G.D. (orgs.). Linguagem, identidade e memória social. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sonia. La arqueología después de la Edad Media: El Registro Arqueológico en la Historia Moderna y Contemporánea. In: Jornadas de Arqueología Valenciana. Alfaz del Pi, Alicante, 1994.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Patrimônio imaterial. Página WEB: <<http://www.iphan.org.br>>, 2003.
- LÓPEZ GARCIA, Mercedes. El concepto de patrimonio: el patrimonio industrial o la memoria del hogar. In: FERNANDEZ GARCIA, A. e ALVAREZ ARECES, M.A. (coords.) Arqueología Industrial (monográfico) Ábaco Revista de Cultura e Ciências Sociais. Gijón: Nova Época, nº 1, pp. 9-12, 1992.
- MENDONÇA, Adalton da Motta. Vazios e ruínas industriais. Ensaio sobre friches urbanas. In: Arquitectos, texto 083 Portal Vitruvius. Página WEB: <<http://www.vitruvius.com.br>>, 2001.
- SANTACREU SOLER, J. M. Una visión global de la arqueología industrial en Europa. Casos concretos en regiones concretas. In: FERNANDEZ GARCIA, A. e ALVAREZ ARECES, M.A. (coords.) Arqueología Industrial (monográfico) Ábaco Revista de Cultura e Ciências Sociais. Gijón: Nova Época, nº 1, pp. 13-28, 1992.
- TICCIH. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Documentation. Página WEB: <<http://www.mn.actec.cat/TICCIH>>, 2004.
- TORRÓ, Josep. Arqueología, trabajo y capital. Algunas consideraciones a propósito do II Congrès d'Arqueología Industrial do País Valencià. In: Revista Sociología del Trabajo. Nova Época, nº 22, pp. 47-62, 1994.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL



Secretaria de
Cultura, Esporte
e Juventude





Construção da Usina do gafanhoto em 1946. Foto: Arquivo da Cemig.

CIDADE INDUSTRIAL

*Nariângela da Silva Nascimento

**Júlia Ribeiro Marques

A partir de 1930 no Brasil grandes projetos de industrialização são iniciados, resultantes de um desejo geral de recuperar a economia local, após a crise financeira mundial da década anterior. Minas Gerais, com a economia também enfraquecida, segue a tendência nacional de buscar industrializar-se.

Com o governador Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek prefeito da capital do estado, iniciam-se negociações para fortalecer a indústria mineira.

Como resultado de tais movimentações políticas e econômicas, para a modernização e industrialização do estado de Minas, é criada a Cidade Industrial de Contagem.

Buscamos, então, no presente artigo apresentar o processo de criação do primeiro distrito industrial planejado do Brasil e, atualmente, terceira maior cidade industrial do estado.

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A história da formação da Cidade Industrial de Contagem, município pertencente a região metropolitana de Belo Horizonte, é indispensável para se compreender a industrialização mineira e, consequentemente, a nacional. Para que possamos explicá-la detalhadamente, partiremos do contexto brasileiro que possibilita sua existência.

Na década de 1930, vivia-se um momento de redução do mercado consumidor dos produtos exportados pelo Brasil e queda nos investimentos de capital estrangeiro, consequência da cri-

se econômica mundial que se estendeu durante os anos 1920. Para recuperar a economia, toda a estrutura econômico-financeira teve de ser reajustada, e neste momento o país é governado por Getúlio Vargas.

Durante o governo Vargas, as decisões políticas e econômicas são norteadas pelo princípio de atingir o progresso e a modernidade via industrialização. O estado passa a se colocar cada vez mais presente e decisivo nas medidas econômicas, buscando controlar e influenciar empresários, técnicos e políticos, para que se atingisse o desenvolvimento econômico desejado, produzindo dessa forma as condições necessárias para a modernização (MAGALHÃES, 2014).

Getúlio Vargas, no primeiro momento de seu governo, busca alterar os pactos políticos vigentes, abandonando políticas de coalizão oligárquicas que remetiam ao antigo Império e realiza uma nova coalizão política nacional-desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Para fortalecer seus ideais de progresso e desenvolvimento, Vargas traz também um forte ideal nacionalista para seu governo e discursos. Reconhecia que isto era essencial para estabelecer uma indústria que colaborava entre si no campo nacional e que seria suficientemente competitiva no mercado internacional. Buscava também uma constante aproximação com a nova burguesia industrial, e simultaneamente com o novo operariado urbano, para garantir sua legitimidade (BRESSER-PEREIRA, 2009). Já em caráter local, Minas Gerais, sempre pre-

* Estudante do 8º período do Curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Estagiária da Diretoria de Políticas de Memória e Patrimônio Cultural – CEJ

tória de Minas Gerais

** Estudante do 8º período do Curso de História da Pontifícia Universidade Ca-

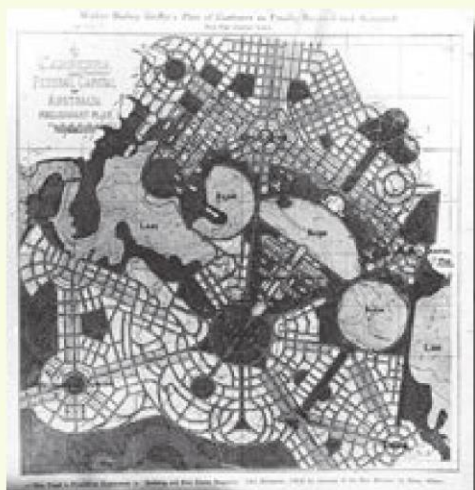


Imagem do desenho da cidade de Camberra, Austrália.
 Fonte: Desenho de Walter Burley Griffin. Reprodução da revista "Building and Real Estate Magazine", 1913.



Desenho da Cidade Industrial.
 Fonte: Casa da Cultura Nair Mendes Moreira-Museu Histórico de Contagem

sente nos destaques econômicos do país, que foi igualmente afetada pela crise, teve um papel essencial nos planos de recuperação e progresso nacional. Em meados da década de 1930, o governador do estado, Benedito Valadares e o então prefeito, Juscelino Kubitschek, apoiavam-se na criação de projetos para acabar com o atraso industrial em Minas.

Kubitschek, intensamente ligado aos ideais modernistas, projetava e realizava grandes mudanças em Belo Horizonte na década em questão, para que ela se adequasse cada dia mais aquilo que se desejava de uma "cidade do futuro".

Em 1935, no mesmo ano que é construído o primeiro arranha-céu da cidade, o edifício Ibaté (situado na esquina de Rua São Paulo com Av. Afonso Pena), políticos e empresários chegam a conclusão de que o atual polo industrial da cidade não era mais suficiente e a construção de um novo polo industrial é decidida. Inicia-se aqui a trajetória da Cidade Industrial Juventino Dias, no município de Contagem.

MODERNIDADE EM MINAS: A CRIAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL

Contagem conseguiu sua emancipação em 1911, alegria que durou pouco para o povo contagense, pois em 1938 o município foi anexado a Betim e perdeu o posto de município, que foi recuperado em 1949. Hoje, Contagem comporta a terceira maior Cidade Industrial do país, em capacidade industrial e número populacional.

Em 1935, com a necessidade de modernização que havia surgido no país, acontece o IV con-

gresso Comercial, Industrial e Agrícola, realizado em Belo Horizonte, evento muito esperado por políticos e a elite comercial e industrial do estado, por seu potencial de ajudar o estado a atingir a modernidade e progresso.

Neste congresso, define-se que Minas Gerais precisava de um polo industrial, onde se pudesse abrigar grandes indústrias. Apontam que o atual polo, Barro Preto, não conseguia mais acolher empresas de grande porte. Nesse sentido, era preciso expandir a capacidade.

Dada a sua aproximação com o centro de BH e, ainda pertencente a Betim, a região de Contagem foi escolhida para receber esse novo projeto, assinado pelo governador Benedito Valadares e com o apoio do então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek. Contagem se tornou então a primeira cidade a receber um distrito industrial planejado.

Porém, nem tudo eram flores, durante esse processo, o território onde hoje se localiza a Cidade Industrial, que antes era conhecido como Fazenda Ferrugem, teve que ser desapropriado, para que este sonho de modernização fosse realizado. As estradas de ferro que passavam pelo local também foram desviadas, para que se facilitasse o acesso às indústrias.

Para que a Cidade Industrial acontecesse, era necessário se planejar um local onde pudesse haver um fácil acesso ao centro de Belo Horizonte e quadrantes bem divididos.

Durante esse processo, o sucessor de Israel Pinheiro da Silva, secretário da Agricultura e da

Indústria do estado, Lucas Lopes, em uma entrevista a revista CICI - Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais - em 1995 diz que:

“A Cidade Industrial foi planejada da forma mais interessante, típica de Israel. Parece anedota, mas não é. Ele não tinha a menor idéia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia qualquer e viu um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália, onde havia um lugar com um pentágono e um eixo no centro, dizendo Cidade Industrial. Mandou copiar aquele desenho, sem ter idéia da conformação do sítio disponível e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: está aqui ó. Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir e pronto”.

Então, assim foi planejada a Cidade Industrial.

Como o distrito tinha que ser realizado dentro de um curto prazo, para tentar diminuir o atraso de Minas Gerais, foi disponibilizado uma infraestrutura mínima, para que as indústrias se instalassem. Foram abertas ruas e avenidas, porém sem pavimentação; construção de redes de água, porém sem redes de esgoto; contudo o maior problema era a fonte de energia elétrica - pois a companhia elétrica que abastecia a região recusava-se a fornecer energia. Então, para que as indústrias pudessem se instalar, Ovídio de Abreu, secretário de Estado da Fazenda realizou um acordo entre o Estado de Minas Gerais e o banco americano Exportand Import Bank, para a criação da Usina do gafanhoto. Situada no rio Pará, localizado município de Divinópolis, a quase 100 km da cidade de Contagem.

Com a construção da usina hidrelétrica, a Cidade Industrial estava finalmente pronta para ser inaugurada no ano de 1946. Como havia pressa para a implantação das indústrias, foi dado um

prazo para o término da construção destas, se esse não fosse cumprido, o terreno seria confiscado pelo governo e seria posto a venda novamente.

Em 1946, o então governador João Beraldo fala em entrevista coletiva aos jornalistas de Belo Horizonte sobre a importância de todos os projetos de modernização e industrialização, em especial, a Cidade Industrial e fala do andamento das obras.

A Cidade Industrial seria então separada por três plantas, em diversos setores, tais como:

Grande porte:

Eletrônicos e materiais de transporte;

Médio porte:


Metalúrgicas, minerais não metálicos, química, mecânica, alimentos e bebidas;

Pequeno porte:

Têxteis, papel e gráfica, calçados, borracha, fumo e couro.

A Cidade Industrial começou a se estruturar com a implantação de três grandes indústrias: primeiramente a indústria de refratários Magnesita, logo após a Companhia de Cimento Portland Itaú, cujo diretor foi um homem de suma importância para o crescimento do novo distrito industrial, atualmente a Cidade Industrial Juventino Dias leva seu nome como homenagem. A outra foi a Estamparia S.A, que começou a produzir em 1946, mesmo ano de sua implantação; por falta de estrutura, muitas das indústrias instaladas aqui possuíam seus endereços no centro de Belo Horizonte, a Estamparia S.A foi a pioneira na emissão de nota fiscal com o seu novo endereço.

Em seu começo, por ter uma condição muito precária, a Cidade Industrial não garantia qualidade de vida para os funcionários de suas in-



dústrias, de forma que não havia escolas por perto, o horário de funcionamento dos ônibus públicos era somente até as 21h, e não possuía itens básicos para saúde, como farmácias e postos médicos. Como solução para esses problemas, as indústrias fizeram vilas próximas a elas, para que pudessem garantir a presença de mão de obra qualificada. A mais conhecida delas foi a Vila Itaú, construída nas imediações da indústria, a mesma contava com farmácia, escola, casas para os funcionários, cinema, praça, time de futebol e até mesmo com coral musical.

Dentre as diversas indústrias instaladas, as pioneiras tiveram um grande destaque: a Estamparia S.A foi à empresa responsável por mandar material para a fabricação dos uniformes dos soldados estadunidenses, durante a guerra do Vietnã, já a Portland Itaú foi uma das principais indústrias a fornecer cimento para a construção de Brasília e também foi à primeira indústria cimenteira que não contava com uma jazida de calcário perto.

A Portland Itaú foi à primeira indústria de cimento a buscar a sua matéria prima em outra cidade, a empresa procurou instalar-se em São José da Lapa, próximo a uma jazida, porém por ser considerado um lugar impróprio para a instalação de uma fábrica, o governo de Minas Gerais negou o pedido de instalação, diante desse importuno os diretores viram na Cidade Industrial uma boa oportunidade, porém havia um problema: não havia jazidas por perto, a solução utilizada foi trazer em caçambas a matéria prima, por meio de cabos aéreos por aproximadamente 40 km, esses cabos aéreos foram considerados os mais extensos da América Latina.

Devido aos diversos acidentes ocorridos durante o percurso do calcário e as diversas mul-

tas por poluição, a Portland Itaú abriu falência em 1988. Depois de anos abandonada, acabou sendo demolida, junto com a Vila, em 1998, para a implantação do Itaú Power Center.

Pode-se dizer que, com a criação da Cidade Industrial, Minas em 1940 entra para a tal sonhada modernidade industrial que Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek sonharam na década de 1930 e é até hoje um destaque em meio as indústrias brasileiras e, definitivamente, cumpriu seu papel, a partir de 1940, de movimentar a economia e alcançar o progresso desejado no estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

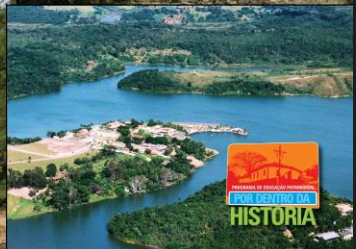
- BAHIA**, Cláudio Lister Marques. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, v. 12, n. 13, p. 185-200, 2009.
- BOMENY**, Helena. Utopias de cidade: as capitais do modernismo. *O Brasil de JK*, v. 2, p. 207, 2002.
- COTRIM**, Livia Cristina de Aguiar. O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo. Departamento de Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- DE BEAUCLAIR MENDES**, Geraldo. Expansão do crédito e industrialização no Brasil: 1930-1945. *América Latina en la historia económica*, v. 3, n. 6, p. 81-90, 1996.
- DE MAGALHÃES**, Fabiano Rosa. A Cidade Industrial De Contagem. *Revista de Geografia (Recife)*-ISSN: 0104-5490, v. 31, n. 3, p. 243-275, 2015.
- MAIA**, Andréa Casa Nova; **PEREIRA**, Valnei. Belo Horizonte em três tempos: projetos em perspectiva comparada. *Revista de História Comparada*, v. 3, n. 1, p. 1, 2009.
- MOURÃO**, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político. *História em Curso*, v. 2, n. 2, p. 78-109, 2012.
- PEREIRA**, Luiz C. Bresser. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. 2009.
- SUZIGAN**, Wilson. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. *Revista Brasileira de Economia*, v. 25, n. 2, p. 89-112, 1971.



POR DENTRO DA HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ano 1 | Número 1 | Janeiro 2009 | Contagem - MG



REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
POR DENTRO DA
HISTÓRIA



CONTAGEM EM 1968: A REBELIÃO OPERÁRIA

Ocupação da Companhia Belgo - Mineira

Marcelo Pinheiro

O primeiro grande movimento operário contra a política econômica de arrocho salarial da ditadura aconteceu em Contagem. A greve começou no dia 16 de abril de 1968 numa seção da companhia Belgo-Mineira e atingiu 1200 operários. O movimento ganhou rapidamente o conjunto dos trabalhadores e adotou como forma de pressão a ocupação da fábrica.

A greve força a vinda do ministro do trabalho Jarbas Passarinho a Minas para negociar com os grevistas. Ele sabia que a greve de Contagem poderia ser imitada. Diante da assembléia ele parte para o ataque e ameaça. Mas os trabalhadores não se intimidam e mantêm as suas reivindicações. O ministro acaba se retirando sob as vaias dos operários. Era a primeira vez que isso acontecia.



Assembléia dos trabalhadores com a presença do ministro Jarbas Passarinho



Após as ameaças do Ministro-Coronel, a greve se expandiu. O governo, então, apresentou uma proposta de aumento de 10% e vinha seguida de um ultimato: "a recusa significa uma declaração de guerra". Mesmo abaixo do que era reivindicada pelos operários, a proposta representava a primeira vitória dos trabalhadores contra a política de arrocho salarial.



A diretoria do sindicato resolveu aceitar a proposta, mas os operários em assembléia decidiram rejeitá-la. O confronto pareceu iminente. No dia seguinte, surpreendentemente, o movimento se ampliou e mais de dez empresas aderiram. Agora já eram quase vinte mil trabalhadores paralisados na primeira grande greve operária desde o golpe militar de 1964.



A guerra então começou. A polícia militar ocupou as ruas da Cidade Industrial e impediu a realização de assembléias e aglomerações. Os patrões passaram a convocar os trabalhadores nas suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária por justa causa. Às vésperas do 1º de maio o General-Presidente Costa e Silva comunica a extensão do aumento de 10% para todos os trabalhadores brasileiros.



Em comemoração aos 40 anos de 1968, a Prefeitura Municipal de Contagem, por meio da Diretoria de Memória Patrimônio Cultural, com pesquisa e curadoria de Marcelo Pinheiro da MP Comunicação, realizou em 2008 a exposição "1968 - Ano Ímpar", composta de 23 painéis com ilustrações, fotos e textos ambientados com uma trilha sonora com clássicos da música nacional e internacional daquele ano. Destaque para exclusividade do acervo documental e iconográfico.



"A Exposição 1968: ano Ímpar" passou por Contagem, Belo Horizonte e Betim

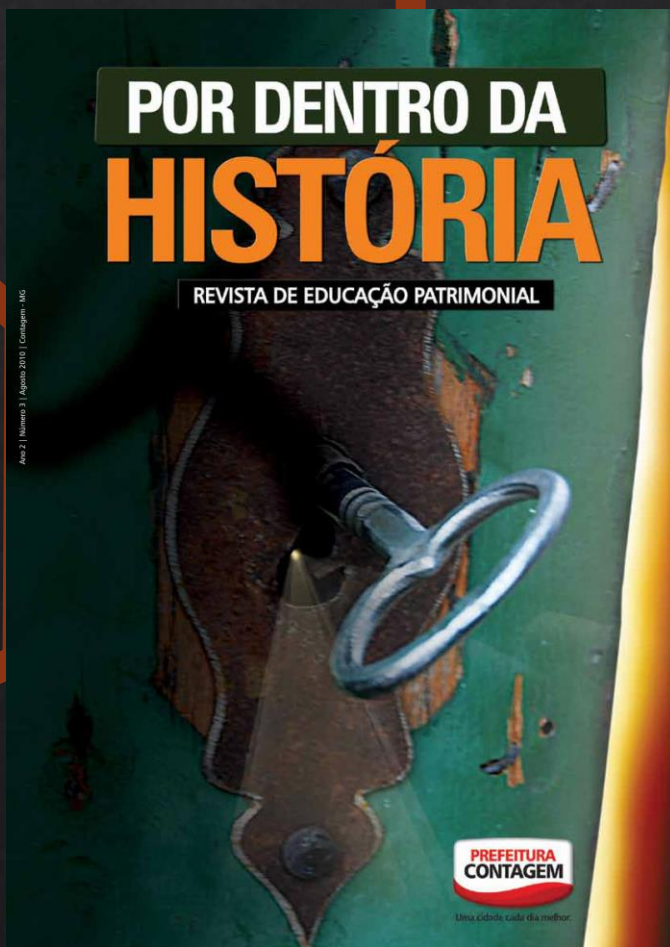
POR DENTRO DA HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ano 2 | Número 3 | Agosto 2013 | Contagem - MG

**PREFEITURA
CONTAGEM**

Uma cidade cada dia melhor.





1968

A GREVE DE ABRIL DE 1968 EM CONTAGEM – UMA INTRODUÇÃO

*“Barriga vazia é tambor de revolução;
e o que arrocha mais é a barriga dos filhos”.*

*João Anunciato Reis (o Canela), Ex-metalúrgico
da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE)*

Rogério André Barbosa*

No dia 16 de abril de 1968, grande parte dos metalúrgicos da chamada Cidade Industrial, em Contagem/MG “cruzaram” os braços, na expectativa de verem atendidas suas principais reivindicações. Naquele dia, assistiu-se ao surgimento de uma greve nascida no interior das fábricas e que atingiu quase 16 mil, dos mais de 21 mil trabalhadores que atuavam na Cidade Industrial naquele ano.

Segundo a socióloga Yonne de Souza Grossi (1979, p. 56), que estudou a greve de Contagem, os operários da Cidade Industrial que aderiram ao movimento grevista reivindicavam, além de um aumento salarial, melhores condições de trabalho. Uma das pautas que foram fixadas pelos trabalhadores à época (quando da visita do Ministro do Trabalho, - Cel. Jarbas Passarinho), definiu em imediatos 60% de aumento salarial, na tentativa de recompor as perdas sofridas, no período, pela classe trabalhadora.

Conforme o cientista político Francisco Correia Weffort,

em seu estudo, a greve teve início às sete horas da manhã do dia 16 de abril de 1968 “... na seção de trefilaria da Belgo Mineira e aí chegou a atingir 1.200 operários”. (WEFFORT, 1972, p. 37). Desde o início, os operários decretaram o estado de greve e passaram a ocupar aquela seção da empresa.

De acordo com o depoimento do presidente da Fundação Perseu Abramo, Nilmário Miranda¹, essa foi a primeira greve de que se tem notícia no país, em que se utilizou do recurso da “ocupação de fábrica” como uma das formas de manifestação grevista.

Francisco Weffort (1972, p. 37) afirma que, após a decretação da greve, os operários criaram uma organização interna no movimento para conduzir suas ações e, dessa forma, buscar mobilizar as massas operárias, para que o movimen-

¹ Entrevista concedida na Revista TEORIA E DEBATE “1968 – O que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?”. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Edição Especial. Ano 21. Maio de 2008.

to se ampliasse e durasse, pelo menos, uma semana.

O autor (*ibid*) também afirma que foram eleitos, para compor a comissão, 25 trabalhadores entre eles, que visava a representá-los no diálogo que seria travado com os diretores da empresa – sendo que alguns destes acabaram ficando detidos no interior da fábrica pelos grevistas, no momento de sua ocupação.

O que se percebe desse fato inicial foi que os órgãos de imprensa foram todos “tomados de surpresa”, pois como não haviam sido informados anteriormente de nenhuma reivindicação ou movimento dos trabalhadores da região marcados para aquele momento, por isso “passaram a noticiar com detalhe o andamento dos acontecimentos, mas não oferecem informações que permitam reconstituir a origem da greve no interior da empresa”. (Weffort, p. 37).

Logo cedo, houve uma primeira reunião realizada entre os grevistas e os diretores da fábrica, quando estes últimos propuseram um aumento imediato de 10% para os operários – o que foi recusado prontamente, – e, então, passaram a exigir um reajuste de 25% sobre o salário praticado na época, além do mesmo percentual a ser pago sobre as horas trabalhadas no período noturno. Diante do impasse gerado, ocorreu o primeiro rompimento de diálogo entre os grevistas e a direção da empresa.

De acordo com Yonne Grossi (1979), o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, ao ser surpreendido pelos acontecimentos (já que não era o responsável pela deflagração do movimento, e nem foi diretamente informado sobre o andamento das atividades dos grevistas), passou a buscar informações relativas à greve e, posteriormente, assumiu politicamente a liderança do movimento. Por outro lado, Francisco Weffort relata em seu trabalho que o então presidente do sindicato dos metalúrgicos declarou-se surpreso pelo ocorrido, tendo afirmado na ocasião que “... a greve começara sem que ninguém soubesse de nada”. (WEFFORT, 1972, P. 37).

Segundo Grossi (1979), enquanto o Sindicato não assumiu politicamente a greve, o movimento dos trabalhadores da Belgo-Mineira ficou isolado e sem apoio. Somente após tal posicionamento por parte das lideranças sindicais é que se assistiu a uma nova condução nas ações do movimento grevista.

A partir daí, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos foi chamada para compor o movimento e passou a servir de mediadora entre as partes. Conforme Weffort (1972) apresenta, ocorreu uma segunda reunião que acabou por também não chegar a lugar nenhum. Assim, o movimento que estava disposto a prosseguir, busca retomar “sua tarefa organizatória e estabelece grupos encarregados de manter a disciplina” (*ibid*, p. 38) no interior da fábrica, sendo que uma das medidas adotadas pela direção do movimento grevista foi a proibição do uso de bebidas alcoólicas.

De acordo com Francisco Weffort (*ibid*) já na tarde do primeiro dia da greve, representantes da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), fizeram uma visita aos diretores da empresa, e os grevistas – confinados no interior da fábrica, – temeram que uma invasão policial estivesse sendo organizada, no intuito de acabar com a greve. Assim, grupos de segurança foram levantados pelos próprios trabalhadores na empresa, para que os grevistas ficassem atentos a qualquer movimentação (ou até mesmo invasão) das forças repressivas do Estado. Além disso, já no fim daquele dia, os grevistas permitiram a entrada dos operários do segundo turno de trabalho na fábrica e estes, por sua vez, acabaram por também aderir à greve, engrossando ainda mais as fileiras do movimento.

No segundo dia, a greve foi decretada como ilegal pelo DRT, o que levou os trabalhadores a desocuparem a empresa e, daí, a se dirigirem para o seu Sindicato (dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem). Com isso, a Polícia Militar passou a ocupar a fábrica, impedindo que novas invasões acontecessem.

Assim, até o terceiro dia da greve, as autoridades permaneceram limitadas ao local onde a greve foi deflagrada. Naquele mesmo dia, ocorreu mais uma reunião entre as partes, dessa vez para discutir o dissídio instaurado pelo DRT, que também acabou por não dar resultados, dando a entender, pelo governo, que o movimento era apenas mais uma das greves de seção de fábrica, que não acarretaria maior gravidade para a região. (Weffort, 1972, p. 39).

Já no dia 19 de abril de 1968 – quarto dia da greve dos metalúrgicos da Cidade Industrial em Contagem –, outra empresa da região aderiu ao movimento. Dessa vez, foi a Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), com cerca de 500 trabalhadores. Francisco Weffort (1972, p. 40) afirma que, após esse fato, o Ministro do Trabalho foi forçado a dar suas primeiras declarações sobre a greve. Os operários da SBE, influenciados pelos eventos ocasionados pela greve e, ao aderirem ao movimento, realizaram a primeira paralisação de sua história. A reivindicação desses trabalhadores, a exemplo dos operários da Belgo-Mineira, também era de 25% de aumento, mas acrescentaram um protesto contra a lei de salários em vigor pelo governo ditatorial, além de uma manifestação de solidariedade aos



Movimento grevista na Belgo Contagem, 1968

Arquivo Marcelo Pinheiro/1968, ano Impar

trabalhadores da companhia Belgo-Mineira, que iniciaram o movimento.

Segundo Weffort (1979, p. 39), “os operários da SBE também se dirigiram a um sindicato. Dessa vez, foram ao sindicato dos bancários, pois os operários da Belgo-Mineira já haviam, praticamente, ocupado o dos metalúrgicos”.

Diante disso, observou-se que o movimento tendia a se ampliar cada vez mais, além de durar mais do que foi previsto e, tendo fracassado todas as tentativas de negociação, o evento começou a tomar uma dimensão nacional. Assim, vemos uma declaração do Ministro do Trabalho, Cel. Jarbas Passarinho, feita a um órgão de imprensa a época:

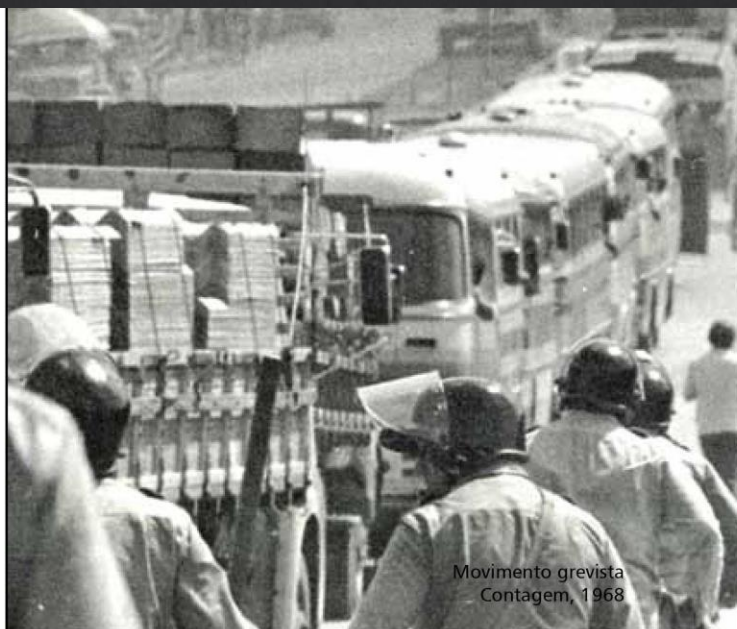
Em Belo Horizonte, sem cumprir qualquer dos requisitos legais e superando os próprios sindicatos, grupos provocadores fecharam a trefilaria da Belgo-Mineira, ocuparam esta seção da siderúrgica e mantiveram presos engenheiros da empresa sob o pretexto de obter um imediato aumento de salário. Depois de haverem concordado em desocupar a empresa, voltaram-se no sentido de obter o apoio dos trabalhadores de outras empresas situadas na chamada Cidade Industrial (...) Os boletins distribuídos falam em derrubar o governo e na formação de grupos de 5 para controlar as unidades da fábrica. Não se trata, pois, de movimento justificado, ou legal, ou tolerável, mas de pura e simples agitação (...) Apelo então para os líderes sindicais, sobre os quais jamais exerci pressão até aqui. Eles devem mostrar aos trabalhadores o perigo das medidas adotadas por aqueles que tentam envolvê-los hoje na Cidade Industrial, todas fora-da-lei; todas com o raríssimo objetivo de provocar a violência das autoridades, que devem manter a ordem de qualquer forma. (Jornal do Brasil, 20/04/1968).

E, concluindo sua fala naquele momento, o ministro acrescentou:

Farei em Belo Horizonte todos os entendimentos necessários, disposto a dialogar ainda mesmo com aqueles que se utilizaram de processos equivocados para realizar seu protesto, mas determinado, decididamente determinado, a fazer cumprir a lei em benefício desta nação. (ibidem)

De acordo com essa declaração, percebe-se que o governo iria tomar maiores providências. Segundo o historiador Marcos Napolitano (1998, p. 27), esse quadro que havia se instaurado configurava para o governo militar “uma guerra revolucionária”. Daí, talvez, a posição tão dura e contundente observada na fala do ministro.

Mas, após assistir a essa declaração, mais uma empresa aderiu ao movimento grevista. A companhia Mannesman, com cerca de seus 4500 operários, engrossou a massa de trabalhadores descontentes na Cidade Industrial.



Movimento grevista
Contagem, 1968

Segundo Francisco Weffort (1972), após essa adesão, os trabalhadores formaram “uma Comissão de Greve e de piquetes, cuja missão seria a de tentar ampliar o movimento. [Diante disso] Seabra é designado Presidente da Comissão”. (ibid, p. 44).

Esse operário – Ênio Seabra, da Mannesman, – foi o mesmo que disputou em 1967 a eleição para a direção do sindicato dos metalúrgicos da região. Apesar de ele ter sido integrante da chapa que saiu vitoriosa no pleito, posteriormente, seu nome foi vetado pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), devido ao rígido controle imposto pelo governo aos órgãos sindicais, que impediam de assumir a direção dos sindicatos aqueles elementos considerados “perigosos” pelo Estado.

Conforme relata Francisco Weffort (1972), a comissão, encabeçada pela Mannesman, começou a funcionar apenas dois dias após sua formação, pois apareceram novas adesões de outras empresas ao movimento grevista.

Assim, no dia 20 de abril, o Ministro do trabalho chegou a Belo Horizonte e passou a se inteirar melhor sobre como se processava o evento. Ele descobriu que a greve havia atingido três grandes empresas da região e englobando, aproximadamente, 6000 trabalhadores.

Então, o ministro se dirigiu para o Sindicato dos Metalúrgicos, onde se encontrava boa parcela dos trabalhadores parados, e procurou de imediato iniciar as discussões que pudessem por fim ao movimento



iniciado na região.

Weffort afirma que:

imediatamente após a visita à diretoria do Sindicato, o Ministro tratou de falar diretamente aos trabalhadores reunidos em assembléia. Enfatizou sua intenção de diálogo e tentou esclarecer a posição do governo em relação à política salarial, mas assinalou igualmente o caráter ilegal do movimento e as implicações políticas deste fato. (ibid, p. 45)

Apesar disso, os trabalhadores não acataram suas explicações e chegaram, inclusive, a vaiá-lo, quando o ministro afirmou que uma nova lei, que versava sobre os salários, sairia até junho daquele ano, possibilitando um aumento imediato de 6 a 8% para os trabalhadores.

Mas, segundo um órgão da imprensa, este deu seu parecer sobre como se processou a reunião ocorrida naquele dia, divulgando uma declaração do Ministro:

se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas. (O Estado de São Paulo, 21/04/1968).

Apesar da rígida posição apresentada pelo ministro, no dia seguinte (21 de abril de 1968), ocorreu a adesão de mais três outras empresas: a RCA Victor, a Industam e a Demisa, que se juntaram aos mais de 2300 operários restantes das demais seções da companhia Belgo-Mineira, demonstrando um embate de forças entre a posição oficial defendida pelo governo (através do Ministro do Trabalho) e os metalúrgicos da Cidade Industrial insatisfeitos, que aparentavam não aceitar as ameaças do governo federal.

Weffort (1972, p. 47) afirma que “no mesmo dia o Ministro anuncia a preparação de uma proposta de conciliação que é acompanhada da seguinte afirmação: ‘a recusa da proposta significa declaração de guerra’. A proposta que veio a ser apresentada oferecia um imediato abono de 10% aos trabalhadores, mas não seria deduzido no próximo reajuste salarial.

Apesar da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos ter se posicionado favoravelmente a essa proposta, os trabalhadores recusaram-na, mantendo o impasse que vinha se arrastando há cinco dias.

Conforme se pode acompanhar no texto de Francisco Weffort (*ibid*, p.48), a greve havia se ampliado ainda mais

no dia 22 de abril de 1968, pois mais dez empresas aderiram ao movimento, aumentando consideravelmente o número de trabalhadores que decidiram parar suas atividades. “As novas adesões vêm da Simel (800 trabalhadores), Metalúrgica Belo Horizonte (800), Metalúrgica Triângulo (650), Pollig-Haeckel (500), Minas Ferro (500), Mafersa (360) e quatro outras empresas menores”.

Nesse mesmo dia, ocorreu uma nova assembleia entre os trabalhadores que decidiram ampliar a Comissão de Greve, que havia sido formada no início do movimento, mas incluindo representantes das outras empresas que também aderiram à paralisação.

Conforme Weffort afirma (1972), chegou o dia seguinte e o Ministro do trabalho, Cel. Jarbas Passarinho, veio a público, fazendo um pronunciamento – utilizando-se de cadeia de rádio e televisão, – e, dirigindo-se aos grevistas e a toda a população, enfatizou que a decisão tomada pelo governo era conceder um abono de emergência aos trabalhadores parados, sem deixar de salientar o caráter ilegal da greve, dando a entender que o governo tomaria as devidas providências para por fim ao movimento.

Segundo Nilmário Miranda², “em cadeia de rádio e TV, Jarbas Passarinho declarou ‘o início da guerra’ contra os operários mineiros”. Assim, buscando cumprir ordens vindas do governo, “... a Polícia Militar [passou] a ocupar a Cidade Industrial, [proibindo] assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua”. (WEFFORT, 1972, p.49)

Os meios disponíveis para a manutenção do movimento dos metalúrgicos foram todos desarticulados, pois a comunicação entre eles foi extremamente prejudicada, somada à decisão adotada pela direção de várias das empresas afetadas pela greve de enviar representantes à casa de seus funcionários em greve, para chamá-los de volta ao trabalho, sob a ameaça de demissão.

Diante dessa situação, não restava alternativa aos trabalhadores a não ser voltar ao trabalho em suas respectivas empresas e, assim, o movimento grevista, iniciado no dia 16 de abril, aos poucos se dissolveu e a Cidade Industrial retomou suas atividades normais no dia 26 de abril de 1968.

Podemos averiguar, como saldo da greve, que ela conseguiu atingir – em seu ápice – aproximadamente 16.000 operários (de um total de mais de 21.000 trabalhadores), além de ter atraído a atenção das autoridades e de todo o país para as reivindicações levantadas pelos trabalhadores da região da Cidade Industrial, em Contagem/MG.

² “1968 – O que ficou das lutas estudantis e operárias e das manifestações culturais e comportamentais?” Revista TEORIA E DEBATE. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo. Edição Especial. Ano 21. Maio de 2008, pg. 18

* Rogério André Barbosa é Formado em História pelo Centro Universitário UNA (curso de licenciatura) em 2009. Lotado na Escola Municipal “Coronel Joaquim Antônio da Rocha” como auxiliar de biblioteca escolar, desde o ano de 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GROSSI, Yonne de Souza. As Greves em Contagem, 1968: notas para uma revisão crítica. In: Cadernos Movimentos Populares. Belo Horizonte, DCP-UFMG, outubro de 1979, p. 48-60.
- NAPOLITANO, Marcos. O Regime Militar Brasileiro: 1964-1985. Atual Editora: São Paulo, 1998.
- WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Social: Contagem e Osasco – 1968. In: Cadernos CEBRAP, São Paulo, nº. 5, 1972.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

REVISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ano 3 | Número 4 | Agosto 2011 | Contagem - MG



Uma cidade cada dia melhor.

CONTAGEM

*As cidades, como os sonhos, são
construídas por desejos e medos.*
(Ítalo Calvino)

*Miguel Ponsá Bonada**

Os processos históricos são produto de diversas causas que, longe de eliminar-se umas das outras, se complementam. Porém, geralmente prevalecem umas causas sobre as outras, segundo as tendências determinadas por grupos interessados em proveito próprio, ou muitas vezes, por desconhecer a dinâmica e a evolução de ditos processos.

A concepção do termo História é muito complexa e variada. Há correntes que assumem diferentes posições, filosóficas, teóricas, epistemológicas, políticas e outras mais, acerca da disciplina História. Por ser este um trabalho feito num sentido específico, simples e informativo, é adotada a

concepção que define História, como sendo estudo científico das sociedades humanas no tempo.

Nestes dias do mês de agosto do ano 2011, quando se celebra o Centenário da emancipação do Município de Contagem, torna-se o momento adequado para um repensar da importância daquilo que a cidade tem de positivo, de conscientizar-se de suas potencialidades, assim como de suas carências e necessidades e promover uma superação que determine os caminhos a serem trilhados para ser o lugar ideal almejado pelos seus habitantes.

Cem anos da emancipação são comemorados. Mas

Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - MHC

Vista aérea da Cidade Industrial.
Segunda metade do século XX.



Contagem é bem mais antiga, de história são quase 300 anos. Surgiu quando na instalação de um Registro Fiscal na antiga Região das Abóboras, e faz parte de um conjunto de cidades coloniais de Minas Gerais, que na primeira década do ano 2000 completaram três séculos de existência: Ouro Preto, Sabará, Diamantina, Serro, entre outras.

O início do povoamento da Região de Contagem, ocorreu entre os últimos anos do século XVII e princípios do século XVIII, quando as primeiras bandeiras paulistas, e principalmente a de Fernão Dias, na busca de ouro e pedras preciosas, penetraram em território ainda desconhecido da colônia portuguesa, que futuramente viria a se chamar Minas Gerais.

Essas bandeiras criaram uma rota, que se tornaria, durante algum tempo, o caminho obrigatório entre a Capitania de São Paulo e a Serra do Espinhaço, local onde em suas margens foram descobertas as principais minas de ouro e onde, conseqüentemente, nasceriam as primeiras cidades mineiras acima citadas. Pela necessidade de melhorar o abastecimento da região, assim como poder comunicar-se com outras regiões da Colônia, surgiram outras duas rotas, uma que comunicava com o Rio de Janeiro e outra com os sertões da Bahia, as quais viriam a facilitar a chegada para as Minas, de aventureiros, mercadorias, escravos e gado, etc. Essas três rotas se cruzavam nessa região conhecida como Abóboras, ou Abobras, que tem o mesmo significado no português arcaico. Há documentos no Arquivo Público Mineiro onde se encontram referências à encruzilhada das Abóboras já no ano de 1710.

Dita região fez parte do grande Município de Sabará, Comarca do Rio das Velhas, e teve desde o início da descoberta do ouro, no final do século XVII, importância considerável na ocupação das Minas Gerais. Sua localização foi essencial para o início da construção do que seria um dos Estados mais promissores do Brasil e no qual, com grande vitalidade criadora, surgiria uma plêiade de grandes valores culturais que enriqueceriam a nação brasileira.

Desconhece-se a origem ou a causa do nome Abóboras. Surgiu logo da chegada dos primeiros bandeirantes. Inúmeros relatos, documentos e mapas da época comprovam e descrevem a existência das Abóboras, não como um local urbano e sim, como uma extensa área onde se cruzavam as três rotas, ponto de comercialização e distribuição de mercadorias, alimentos e bens destinados à zona mineradora.

São infundados e não devem merecer crédito as versões sobre uma suposta família Abóboras que aqui se tivesse instalado. Há de se retirar, também, a infinidade de pretensos fundadores de Contagem. Ela não teve fundador; é oriunda do pequeno povoamento esparso surgido nos contornos da encruzilhada dos novos caminhos, de lento crescimento e composto de pequenos ranchos e simples moradias de tropeiros, de pequenos comerciantes, de falcões que sem condições de explorar a extração de ouro nas zonas mais ricas se aventuraram a encontrá-lo nos pequenos córregos da região, assim como também de gente pobre que oferecia sua mão de obra a troco de poder sobreviver.

O desenvolvimento da história de Contagem divide-se em três etapas, nas quais, em cada uma delas, houve marcante predomínio de um sistema econômico específico.

PRIMEIRO PERÍODO: ECONOMIA MERCANTIL

A atividade econômica da região contagense se assentou no comércio destinado ao abastecimento das zonas mineradoras. Na encruzilhada das Abóboras chegavam constantemente tropas de carga com todo tipo de mercadoria, de secos e molhados vindos de todos os cantos do Brasil e até do exterior, assim como de vendedores de escravos e de gado. Compradores, prepostos e negociantes de outras bandas, tropeiros que levariam cargas para serem vendidas em outros lugares, carregadores e pessoas interessadas, aguardavam a chegada dos viajantes e tropeiros com ansiedade. As mercadorias, os escravos e o gado seriam entregues sob encomenda ou vendidos em Sabará, Curral Del Rey, Congonhas do Sabará e outras localidades dedicadas à extração do ouro.

A região das Abóboras e as atividades comerciais cresceram. Viajantes e tropeiros levantaram uma capela dedicada a São Gonçalo, padroeiro de todos aqueles que iam e vinham pelos caminhos tortuosos e perigosos. Foi formando-se o núcleo urbano para o atendimento geral.

As autoridades da Colônia cientes da movimentação instalaram um registro fiscal com a finalidade de cobrar impostos das mercadorias. Seu funcionamento iniciou no ano de 1716. Gado, escravos, mercadorias em geral, tudo era contado e taxado, e a partir desse momento o local passou a se chamar, oficialmente, Registro das Abóboras. Mas, como tudo era contado, os usuários, tropeiros e viajantes passaram a dar-lhe o nome de "lugar da contagem". Esse nome se popularizou e a região tomou o nome de Contagem das Abóboras. Já, a partir da metade do século XIX simplificou-se para Contagem.

Outra função importante do Registro era a troca de ouro em pó por ouro já quintado. O proprietário do ouro em pó o entregava aos funcionários da Coroa e em troca recebia barras de ouro fundido e timbrado, sendo-lhe, no ato, descontada a quinta parte, considerada de propriedade do rei de Portugal. Era rigorosamente proibido transitar com o ouro em pó fora do local da extração ou do caminho da fundição ou do lugar de troca, sob pena de sofrer duras punições como prisão ou deportação para colônias portuguesas na Ásia.

Por volta do ano de 1759, o posto fiscal do Registro das Abóboras ou de Contagem das Abóboras foi desativado. O surgimento de novas rotas entre os centros mineradores e os locais de fornecimento de tudo àquilo que era necessário, motivou a instalação de outros registros. Isto reduziu o fluxo de pessoas e mercadorias em Contagem e conseqüentemente a queda dos rendimentos e da importância de sua função arrecadadora. Contagem entrou em decadência e muita gente a abandonou. Embora sentindo o reflexo da desativação, o arraial seguiu sua trajetória entorno da Capela de São Gonçalo procurando nas atividades agropastoris sua sobrevivência.

SEGUNDO PERÍODO: ECONOMIA AGRÍCOLA E PASTORIL

Antes de fazer referência à nova situação é conveniente apresentar breve quadro sobre Contagem. Sem estrutura adequada para agricultura, com a saída de muitos habitantes e suas famílias para outras regiões mais promissoras e sem lideranças que orientassem os poucos que ficaram, a região empobreceu. A lavoura seria a solução, já que a pecuária e a economia extrativa, vegetal ou mineral, não eram os elementos mais apreciáveis, pois não havia condições financeiras para tanto. Havia terras, não havia braços, não havia dinheiro. A solução, lutar pela sobrevivência e esperar.

Porém, entorno do ano de 1780, um novo fato viria a modificar a estrutura social, econômica e política da Província de Minas Gerais. O ouro de aluvião, aquele que estava depositado na flor da terra e nas águas dos córregos e riachos acabou. O ouro e as pedras preciosas foram o cuidado da metrópole, mas enquanto fora causa da riqueza que advinha ao tesouro português, pela cobrança dos impostos devidos.

Essa crise fez que os concessionários de datas (lotes que se adquiriam em leilões, feitos pelas autoridades, nos quais se permitia a exploração e extração do ouro) procurassem outras formas e outras atividades econômicas, tanto como uma opção circunstancial quanto para dar ocupação à mão-de-obra escrava. A solução mais lógica foi a da atividade agropastoril. Com a decadência, impunham-se novos misteres. Lavoura e pecuária adquiriram relevo.

Contagem, junto com outras cidades vizinhas, foi um dos lugares mais procurados por aqueles que estavam em busca de um novo modo de vida. Terra não era o problema, havia muita, baratas umas, abandonadas outras, divisões de antigas sesmarias, que nunca produziram nada, estavam a mercê de quem quisesse, e sua localização era espetacular, perto daqueles núcleos que cresceram com a mineração.

Neste momento e devido às circunstâncias, chegaram à Contagem membros das principais famílias tradicionais: Diniz, Macedo, Gonçalves Lima, Silva, Costa, Rocha e outras, que adquiriram ou se apossaram de terras. Tempo depois chegaram, também os Camargos e os Mattos. Pouco tempo depois afloraram os nomes das fazendas iniciantes: Madeira, Morro Redondo, Serra Negra, Abóboras, Riacho das Pedras, Pintados, Vista Alegre, Confisco, etc.

Os novos fazendeiros transferiram seus escravos para as novas atividades e outros foram adquiridos nos postos de venda.

Por algum tempo o crescimento de Contagem foi lento, mas constante por muitos anos. Surgiram lideranças políticas compostas por membros das famílias dominantes, quase todas aparentadas. Os remanescentes dos antigos moradores do período mercantil, se integraram, como complementares, às necessidades das elites: ferreiros, carpinteiros, latoeiros, fiandeiras e outras muitas ocupações.

Após a Independência do Brasil o governo imperial sentiu a necessidade de ter um conhecimento da realidade social, política e econômica da Nação e a primeira atitude foi fazer um recenseamento geral. Em atendimento à solicitação do governo da província de Minas, em 1831, foi feito o censo em Contagem cujos números dão-nos o retrato de como era composta sua estrutura social.

Cor	
Brancos	394
Crioulos (pretos brasileiros)	537
Pretos (africanos)	364
Pardos	859
Não declarado	1
Condição	
Livres	1.327
Cativos	762
Libertos	66
População total	2.155

FONSECA, Geraldo. Contagem perante a história. Contagem: Prefeitura de Contagem, 1978. p.128.

No ano de 1834, uma empresa inglesa adquire a Mina do Morro Velho, Nova Lima, fato que afetaria a economia de Contagem, pois essa companhia passa a alugar escravos para trabalhar em suas minas. Contagem forneceu grande número deles. Ao todo, não há informações de quantos foram, mas há referências de que haveria cerca de 2 mil escravos alugados trabalhando nelas. Era para os fazendeiros mas interessante alugá-los, pois toda a responsabilidade de alimentá-los e tratá-los era da empresa e, se

Cine Teatro Municipal. Século XX.

Foto aérea Magnesita. Século XX.



Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - MHC



Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - MHC

morria algum, recebiam indenização. Os pobres escravos trabalhavam 12 horas por dia em condições deploráveis e a alimentação era deficiente, motivos principais que os induziram a fugir na primeira oportunidade.

Ao mesmo tempo, a Companhia comprava madeira em grande quantidade. O desmatamento em Contagem foi enorme e nunca se conseguiu recuperar.

Com a assinatura da Lei Áurea, muitos escravos resolveram permanecer em seus lugares pela incerteza do seu futuro. Futuro que viria com a construção da nova capital de Minas, no vizinho Distrito Curral Del Rey, já com o nome de Belo Horizonte. Ali se assentaram grande número de escravos vindos das cidades vizinhas, porém, sem condições adequadas de trabalho e moradia, a solução foi criar favelas. Continuaram os sofrimentos, mas a liberdade era esperança de um futuro melhor.

Após a proclamação da República, em 1888, uma mudança política se espalhou pelo Brasil e conseqüentemente por Minas Gerais e suas cidades. A reestruturação territorial de Minas era importante porque grandes municípios seriam divididos. Do grande município de Sabará a luta dos distritos para conseguir sua emancipação foi ferrenha. Os novos políticos mineiros procuravam apadrinhar os prováveis núcleos de sua futura influência.

Contagem estava politicamente órfã nos primeiros momentos. Famosa por sua histórica posição monarquista e conservadora estava sendo olhada com desconfiança pelas lideranças republicanas.

Essa posição contagense deveu-se a grande influência e força política que teve em quase todo o século XIX, o Comendador Manoel Alves de Macedo Brochado. Juiz de Paz, escolhido em eleições constantes, por quase 50 anos, Delegado, Juiz Almotacé, vereador representando Contagem na Câmara Municipal de Sabará e agraciado pelo Imperador com a Comenda da Rosa. Suas tendências políticas influenciavam os contagenses. Convocou e armou gente para defender os legalistas na Revolução de 1842 nos combates em Santa Luzia contra os liberais de Teófilo Otoni.

A nova elite, ainda que grande parte já comungava as ideias republicanas, não tivera tempo de apagar o conceito que pairava sobre Contagem.

Concluída a nova divisão política em 1901, Contagem foi designada distrito pertencente ao recém criado Município de Esmeraldas (antiga cidade de Santa Quitéria, reduto liberal e republicano).

Nessa situação, os contagenses não estavam confor-

mados. Houve uma conscientização de que a luta pela emancipação teria que continuar. Novas lideranças surgiram. Nomes como Augusto Teixeira Camargos, Antônio Benjamim Camargos, Francisco Firmo de Mattos, Manoel de Mattos Pinho, Dr. Cassiano Nunes Moreira, lideraram a população nessa campanha na qual o principal anseio e objetivo era a emancipação de Contagem. As dificuldades eram imensas, os adversários, na Capital, eram poderosos. A perseverança e a paciência eram armas poderosas que os contagenses usavam. Conquistaram-se aliados.

A vitória chegou. Pela Lei nº 556 de 30 de agosto de 1911, assinada pelo Presidente de Minas Gerais, Dr. Júlio Bueno Brandão, foi criado o Município de Contagem, composto pelos distritos da Sede, Campanha, Vera Cruz e Vargem de Pantana.

Alegria em todo o município, festas e comemorações nos lugarejos e vilas.

Felizes e orgulhosos de sua terra, os contagenses não aceitaram mudar o nome de sua cidade. O governo republicano criou uma campanha na qual qualquer cidade do País poderia dar outro nome ao seu município ou cidade. As cidades vizinhas a Contagem usaram o direito de trocar. Santa Quitéria para Esmeraldas, Capela Nova para Betim, Congonhas do Sabará para Nova Lima, Curral Del Rey já havia mudado para Belo Horizonte.

Porém, essa alegria não durou muito. As dificuldades para a instalação do novo governo municipal foram enormes. Contagem que se havia empobrecido muito e teria que construir os edifícios necessários para a administração: Prefeitura, Câmara Municipal, Delegacia e Cadeia e a reforma da Escola e dos Correios.

Com muito custo conseguiu cumprir com as obrigações e o Município foi instalado oficialmente no dia 1º de junho de 1912.

As atribuições dos contagenses não tiveram fim. Não havia boa vontade por parte de alguns setores administrativos estaduais em colaborar com a cidade que ainda tinha muitos inimigos infiltrados em órgãos públicos. As antigas tendências monarquistas de Contagem começaram a aparecer.

Comenta-se que ano de 1938, chegaram ao ouvido do então governador do Estado, Dr. Benedito Valadares determinadas informações a respeito de Contagem, desconfiado por natureza, e conhecedor das tendências opositoristas contra a república e acreditando que o povo contagense não apoiava o governo nem a política do

Estado Novo imposta por Getúlio Vargas, esperava uma oportunidade para desfazer-se dessa preocupação. Não via, também, com bons olhos que parte da população de Contagem, principalmente gente jovem, se transferisse para a capital com o intuito de estudar ou encontrar trabalho, pois suspeitava que envenenassem o povo de Belo Horizonte com ideias oposicionistas ao novo regime. Assim, aproveitando de uma viagem feita pela Rede Mineira de Viação, para visitar várias localidades da periferia da Capital, ao parar na Estação de Bernardo Monteiro, em Contagem, ficou frustrado de não haver ninguém aguardando sua chegada. O trem partiu para Betim, a estação repleta de gente, adultos e crianças homenageando o ilustre visitante, banda de música, discursos, pedidos e principalmente um abaixo assinado pelo povo betinense desejando que sua cidade, naquele então distrito de Esmeraldas, fosse transferido para Contagem. O Governador nada disse no momento. No dia seguinte foi criado o Município de Betim, tendo Contagem como seu distrito. Nesse mesmo ano Contagem perdeu sua autonomia. Voltou a tristeza.

TERCEIRO PERÍODO: ECONOMIA INDUSTRIAL.

No ano de 1941, através do Decreto-Lei Nº 770 de 20 de março de 1941, o governo mineiro declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de 270 hectares na localidade de Ferrugem, a 9 km do centro de Belo Horizonte, com a finalidade de construir a Cidade Industrial, que era o cerne do projeto de recuperação econômica de Minas Gerais.

Como a planta da Capital não comportava o uso de um espaço no qual se podia destinar o parque industrial nas dimensões cogitadas, a solução estava fora do município de Belo Horizonte, o que obedecia a outra razão, o fornecimento de energia elétrica teria que ser abastecida pela recém criada Cemig, já que a concessionária, Ligth, não estava preparada para atender a demanda necessária.

Outra decisão foi a de voltar a emancipação de Contagem, nessa ocasião ainda distrito de Betim, pois a maior parte da área delimitada se localizava em território contagense. Em 1948, Contagem recuperou sua autonomia e foi criada a Cidade Industrial. Uma nova esperança surgia às vistas de sua população.

Entre 1941 e 1949, já funcionavam onze empresas, empregando cinco mil operários. Até 1960 se verificou um

grande salto, passando a existir quarenta e uma empresas com mais de treze mil e trezentos funcionários.

Esse processo de industrialização seria responsável por uma situação nada esperada: a explosão demográfica. Milhares de pessoas acudiram de todas as partes do Estado e do País em busca de trabalho e melhores condições de vida. O Município não possuía as condições básicas necessárias para atender essa nova população. As condições urbanas eram críticas, não havia moradias, sistemas de transportes, e eram grandes as deficiências de atendimento à educação e à saúde.

Mas, a cidade enfrentou esses primeiros desafios. A cidade cresceu e evoluiu. Tornou-se o segundo município de Minas Gerais.

Nos anos de 1960 foi criado o Cinco (Centro Industrial de Contagem). Empresas se instalaram em vários pontos do município. Novos centros foram criados, o Cinco e o Cincão, assim como a transformação de Contagem em centro das atividades de serviço, como transportes, comércio atacadista, shoppings, etc.

Importante, também, foi a implantação do Centro de Abastecimento (Ceasa) que atende a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

É clara a percepção de que a Cidade, atualmente, se encontra num período de transição que pode transformar-se num momento importante de sua história; o momento de afirmação como núcleo exemplar de uma profunda integração com seus habitantes. Os caminhos a serem percorridos são muitos, o desenvolvimento econômico, as mudanças sociais e, principalmente, a priorização da Educação, o mais importante componente não-material para a realização dos desejos de atingir altos níveis de higiene e melhores padrões sociais. Outro fator importante é a preservação e valorização da memória e da cultura. A natureza humana se democratiza pela cultura. É a isso que chamamos de civilização. Caminhos infundáveis, mas que precisam ser percorridos para a consolidação de uma cidade como um espaço de convivência ideal, mas real.

“E qual é a cidade que pode satisfazer o nosso sonho de cidade?”

Aquela em que a convivência pacífica de todas as contradições leve à concretização e consolidação da cidade sonhada”.

Camaristas. Início do século XX.





Lugares de Memória dos Trabalhadores

Lugares de Memória dos Trabalhadores #21: Companhia Cimento Portland Itaú, Contagem (MG) – Carolina Dellamore

Paulo Fontes ○ 1 ano ago



Carolina Dellamore
Doutora em História pela UFMG

De vários pontos de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, é possível avistar as chaminés da antiga Companhia Cimento Portland Itaú. Fundada em 1941 e desativada em 1984, a Itaú segue sendo lembrada. Se de um lado, os antigos operários guardam uma memória positiva da fábrica, por outro, muitos moradores da cidade recordam a emissão de pó de cimento das chaminés e as doenças respiratórias advindas da poluição. Nos anos de 1970, muitos deles engajaram-se na luta ambiental, mobilizando-se para exigir a instalação de filtros antipoluentes na empresa.

A fábrica de cimento Itaú foi a primeira implantada no Parque Industrial de Contagem. O Parque, projeto do governo de MG, procurava estimular o desenvolvimento industrial do Estado. Sua implantação atraiu trabalhadores de diversos municípios mineiros e de outros estados do país para empregarem-se na construção da fábrica, sendo absorvidos como operários posteriormente. Construíram grandes galpões, um prédio administrativo em estilo *Art Déco* e quatro fornos com suas respectivas chaminés. No terreno da Companhia também foi erguida uma vila operária destinada aos trabalhadores considerados indispensáveis à produção de cimento.

Os moradores não pagavam aluguel, as casas eram emprestadas e vinham mobiliadas. A vila possuía posto médico e dentário, farmácia, clube, cinema, armazém, capela e um teatro. Além do Conjunto Musical Itaú, que animava os bailes, havia um time de futebol e a banda de música Sociedade Musical Itaú.

Tudo isso criou um modo de vida dos trabalhadores que contribuiu para a construção, de um modo geral, de uma memória positiva do "tempo da vila". Contudo, os trabalhadores que ali viviam também se reclamam da falta de privacidade e de ficarem totalmente à disposição da empresa, já que a produção de cimento se estendia pelas 24 horas do dia.

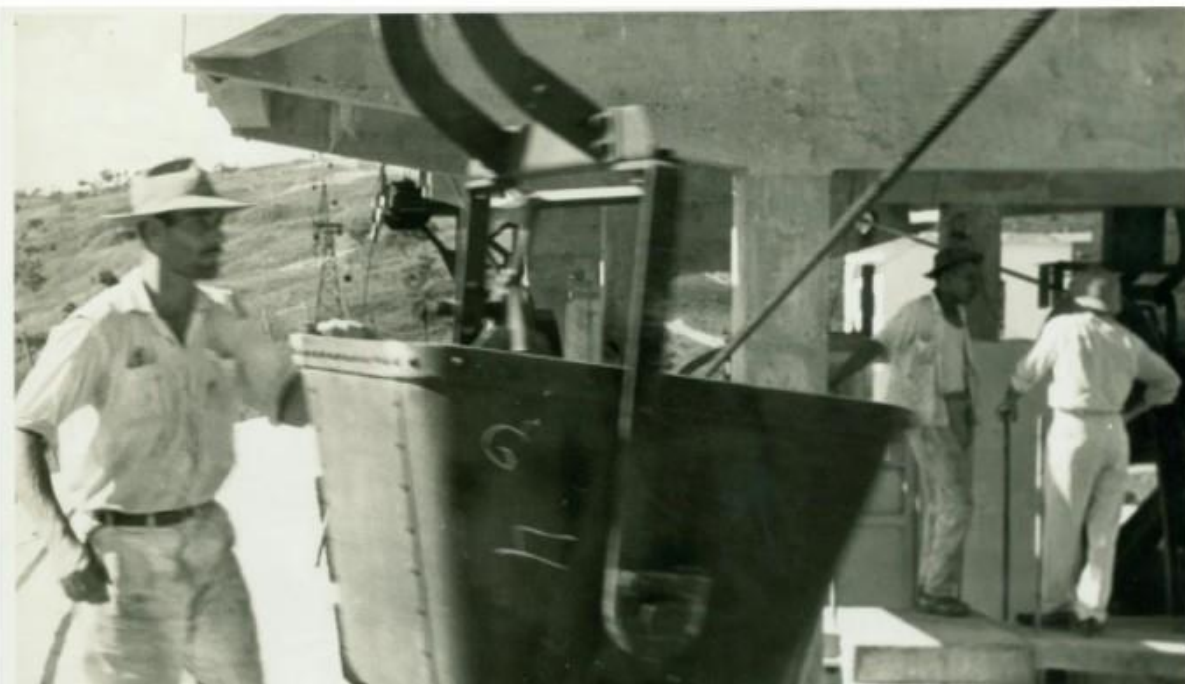
A instalação da Itaú em Contagem, no entanto, representou um desafio para a empresa, pois a jazida de calcário, matéria prima necessária para a produção de cimento ficava em São José da Lapa, na época distrito de Lagoa Santa. Para solucionar a questão, a Itaú construiu um teleférico com 28 quilômetros de extensão ligando a jazida à Contagem. Formado por uma estrutura de postes de concreto por onde passavam cabos de aço que sustentavam caçambas, o teleférico além do transporte de calcário, servia aos moradores da região para transportar alimentos e outras mercadorias e não era raro ver trabalhadores da fábrica e crianças pegarem carona nas caçambas. O teleférico foi desativado há muitos anos, mas os postes ainda podem ser vistos na paisagem local, remetendo a lembranças divertidas das caronas, principalmente de moradores do bairro Água Branca.

Nos anos 1960, a Itaú já tinha implantado mais três fornos, aumentando sua capacidade produtiva e convertendo-a na principal fornecedora de cimento para a construção de Brasília. A ampliação da produção, contudo, elevou consequentemente os níveis de poluição em Contagem. A imagem dos telhados brancos das casas em função do pó de cimento que caía diariamente das chaminés é algo muito comum nas memórias dos moradores que também conviviam com diversos problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Na década de 1970, a situação tornou-se insustentável, provocando grande mobilização popular para exigir a instalação de filtros antipoluentes. Em 1975, pressionada, a Prefeitura de Contagem, por meio de um decreto municipal determinou o fechamento da fábrica até que fossem colocados os filtros. Os moradores reforçaram a ação da prefeitura e saíram às ruas, em passeata, exigindo o cumprimento do decreto.

No entanto, um dia depois de iniciado o fechamento da Itaú, o presidente da República, General Ernesto Geisel, promulgou um decreto que tornava responsabilidade exclusiva do governo federal "determinar ou cancelar a suspensão do funcionamento de estabelecimento industrial cuja atividade seja considerada de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional". Assim, em plena ditadura militar, o fechamento da Itaú era cancelado. Alguns moradores do entorno da fábrica foram monitorados pela polícia política durante toda mobilização. Transformada em questão de segurança nacional, a fábrica de cimento seguiu funcionando sem os filtros antipoluentes e lançando pó de cimento no ar de Contagem até sua desativação em 1984.

Em 1998, a Itaú foi parcialmente demolida para a construção de um complexo comercial. Em função da rápida ação dos técnicos da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Contagem (Compac) as quatro chaminés e o prédio administrativo da Companhia foram tombados como patrimônio cultural do município em 2001 e incorporados ao novo empreendimento. Essas edificações patrimonializadas são marcas materiais da efervescência da indústria em Contagem e possibilitam conhecer um tipo de industrialização e o modo de vida de trabalhadores, sua memória e seus saberes. Além disso, as chaminés que tanto poluíram, preservadas, podem ser lidas como símbolo da luta dos trabalhadores da região por melhores condições de vida.



- ANDRADE JÚNIOR, Adebald de. *Abrindo patrimônios: objetos, práticas e sentidos do tombamento*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016.
- CONTAGEM. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Dossiê de tombamento das Chaminés e prédio administrativo da antiga Companhia Cimento Portland Itaú*. Contagem: Superintendência de Cultura, 1999.
- DELLAMORE, Carolina. *Forjando lideranças: comportamentos políticos e militância operária no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem (1957-1984)*. 2019. 443f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte/MG.
- NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Cidadania: as trabalhadoras de Contagem*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- SILVA, Ronaldo André Rodrigues. Patrimônio industrial: história, memória e cultura. *Revista Por dentro da história*, Contagem, n.5, 2012, p. 12-15. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/publicacoes/revistapordentrodahistoria1608bx5-20190614030541.pdf?x=20191027121922>

Crédito da imagem de capa: Companhia Cimento Portland Itaú em funcionamento. Acervo Casa da Cultura Nair Mendes Moreira, Museu Histórico de Contagem (MG).

Lugares de Memória dos Trabalhadores



As marcas das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros estão espalhadas por inúmeros lugares da cidade e do campo. Muitos desses locais não mais existem, outros estão esquecidos, pouquíssimos são celebrados. Na batalha de memórias, os mundos do trabalho e seus lugares também são negligenciados. Nossa série Lugares de Memória dos Trabalhadores procura justamente dar visibilidade para essa “geografia social do trabalho” procurando estimular uma reflexão sobre os espaços onde vivemos e como sua história e memória são tratadas. Semanalmente, um pequeno artigo com imagens, escrito por um(a) especialista, fará uma “biografia” de espaços relevantes da história dos trabalhadores de todo o Brasil. Nossa perspectiva é ampla. São lugares de atuação política e social, de lazer, de protestos, de repressão, de rituais e de criação de sociabilidades. Estátuas, praças, ruas, cemitérios, locais de trabalho, agências estatais, sedes de organizações, entre muitos outros. Todos eles, espaços que rotineiramente ou em alguns poucos episódios marcaram a história dos trabalhadores no Brasil, em alguma região ou mesmo em uma pequena comunidade.

FRAGMENTOS DA MEMÓRIA Retratos de Contagem



PREFEIRA
CONTAGEM

Cenas da Industrialização

Contagem uma cidade que nasceu e prosperou com a instalação do posto fiscal em 1716. Passou por um período de estagnação econômica em decorrência da desativação do mesmo e modificação nas rotas das mercadorias.

O século XIX, foi marcado economicamente pela presença das propriedades rurais e, principalmente, pelas produções agrícolas para o abastecimento interno e das regiões próximas. Destaca-se, também, pela existência de uma fábrica de velas de sebo bovino, produções de madeira e vários produtos agrícolas em Contagem e em Capela Nova do Betim indispensáveis para o abastecimento da Mina de Morro Velho em Nova Lima. Coincidência ou já se assinalava uma tendência industrial?

Transcorridos quase duzentos anos da desativação do posto fiscal, Contagem voltou a ter um papel relevante no desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, em função da criação da Cidade Industrial. Em 20 de março de 1941, através do decreto nº 770, o governo mineiro declarava de utilidade pública área de aproximadamente 270 hectares na localidade de Ferrugem, distante 9 quilômetros de Belo Horizonte, para implantação do Distrito Industrial. A "Cidade Industrial Juventino Dias" foi concebida para abrigar

indústrias variadas, projetando-se a divisão da área em: alimentação, metalurgia, química, têxtil e vestuário, eletricidade, instrumentos científicos e indústrias de construções. O Parque Industrial só se consolidou estruturalmente a partir de 1946.

A concepção urbana, com traçados de forma hexagonal inspirada no Distrito Industrial de Camberra, Austrália foi escolhida por acaso pelo então secretário do comércio, da indústria e do trabalho, Israel Pinheiro. A Cidade Industrial passa a ser um divisor na história de Contagem.

Contagem se mostra no cenário nacional. Chegavam as primeiras indústrias: Magnesita, Itaú e a Estamparia S.A. Mais tarde, a Belgo Mineira, A Única, São Geraldo, Aimoré e outras. A cidade crescia de fora para dentro sem que estivesse preparada para receber e acomodar dezenas de milhares de novos moradores. Os loteamentos brotavam da noite para o dia.

Homens e mulheres chegavam para trabalhar nas indústrias recém instaladas. As chaminés já estavam em pleno vapor. Eram alegrias e tristezas, avanços proeminentes no campo da produtividade em contraponto com as condições de trabalho.

Os trabalhadores, transportados em caminhões, Mulheres em um caminhão e homens

em outro, fazendo pose na porta da empresa. As operárias faziam tijolos à mão, com um sorriso no rosto e pés descalços. Os homens trabalhavam sempre vigiados de perto por um capataz.

As caçambas da Itaú saíam e chegavam de São José da Lapa a todo instante. Na avenida teleférico o trânsito de caçambas era intenso, enquanto os veículos são escassos.

O lazer se confundia com o trabalho. Enquanto os pais trabalhavam, as crianças, filhas dos encarregados graduados, brincavam na tranquilidade da Vila Itaú. Nos finais de semana, o grito de gol nos campos próximos às indústrias, ecoa entre as chaminés. Mas o trabalhador, também, quer seus direitos e, logo, manifestações para conquistá-los começavam acontecer em várias indústrias, e o ano de 1968 marcou esse momento. Em 16 de abril, os operários da companhia Belgo-Mineira pararam. A greve atingira 20 mil operários.

A Contagem não é mais a mesma. Um município remanescente do século XVIII é reconhecido como a Capital da Indústria Mineira. Contagem, um lugar de contagem e registro de mercadorias passa a contar e registrar memórias, histórias de homens e mulheres que vieram à procura de sonhos de uma nova vida.

Alexandra Maranda Pansá - Geógrafa da Diretoria de Memória e Patrimônio Cultural.



VISTA AÉREA do traçado hexagonal da Cidade Industrial.



CAÇAMBAS DE TRANSPORTE

de matéria-prima de São José da Lapa para a Companhia de Cimento Portland Itaú, em Contagem. Década de 1960.



TELEFÉRICO PARA TRANSPORTE

das caçambas com matéria-prima.
Década de 1960.





OPERÁRIOS da Cidade Industrial, em
assembleia durante a Greve de 1968.

TRABALHADORES DA MAGNESITA,
homens e mulheres, transportados em
caminhões. Década de 1950.



VISTA DA AVENIDA AMAZONAS,
década de 1960.



MULHERES PRODUZINDO tijolos refratários no interior da fábrica. Magnesita, década de 1950.



TRABALHADORES VIGIADOS pelo capataz produzindo tijolos. Magnesita, década de 1950.



CRANÇA BRINCANDO na Vila dos Encarregados da Companhia de Cimento Portland Itaú. Década de 1950.

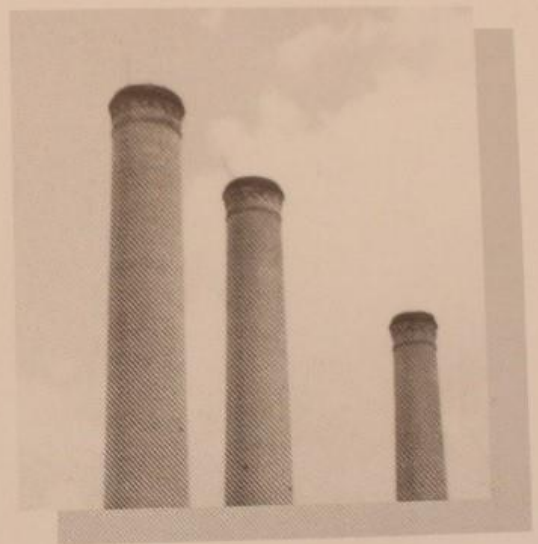


GOLEIRO DO IPIRANGA no campo da Magnesita. Década de 1960.





CONTAGEM
Tantas Histórias



" (...) Tem muita chaminé aí que tem cinqüenta anos que eu fiz. Essa aqui, por exemplo, da Itaú, deve ter mais ou menos cinqüenta anos. Ela foi feita em 1947, 1948. Cinqüenta anos, não é? Isso fica pra sempre, sempre (...)"

José da Silva Ribeiro - construtor da chaminé nº 2
depoimento oral



“Eu não tinha documento nenhum. Só certidão de nascimento. E a primeira coisa que fiz foi tirar carteira de trabalho. Era daquelas velhas, grandes... Sai procurando emprego, andava o dia todo. Um dia passei na porta da fábrica de macarrão Vilma, na Cidade Industrial. Conversei com o porteiro. Era um italiano. Ele falou que tinha uma vaga no turno da noite: ‘você já trabalhou no turno da noite?’ Falei: ‘Eu não, só trabalhava na roça, mas eu aprendo’. Comecei a trabalhar e quando dava a hora de dormir dava aquela baqueada... Depois que aconteceu um acidente comigo na fábrica, fiquei afastado. Aí, eu fui trabalhar na Magnesita. Tinha um compadre que trabalhava lá e arrumou pra mim. Trabalhei vinte anos, só em duas fábricas.”

Depoimento oral extraído do livro *Trabalho e Cidadania: As Trabalhadoras de Contagem*. NEVES, Magda de Almeida.



CONTAGEM
AQUI É O MEU LUGAR
100 ANOS

ATLAS
Escolar
Histórico, Geográfico e Cultural
CONTAGEM-MG

**PREFEITURA
CONTAGEM**
Uma cidade cada dia melhor.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE CONTAGEM



Traçado da Cidade Industrial

Seguindo a tendência mundial, em 1935, representantes dos setores produtivos mineiros reivindicavam o investimento e a concentração de atividades industriais no estado e no País. A tecnocracia mineira, pautada na consideração de que Minas Gerais era uma região "atrasada" e com grande volume de recursos naturais, lança a ideia da construção de um parque industrial, advogando a industrialização como forma de vencer o atraso econômico mineiro.

O Dr. Luís de Souza Lima, ex-prefeito de Belo Horizonte, e o então governador de Minas, Benedito Valladares Ribeiro, participavam ativamente de todos os trabalhos. A assessoria governamental de Minas leva a proposta de "uma extensa faixa de terra, pouco habitada, próxima a Belo Horizonte", para os planos de uma área industrial.

A área coincidente com a atual Cidade Industrial localizava-se entre Belo Horizonte e Contagem, dentro da área de concessão da empresa de energia elétrica da Capital, a International Bond and Share, que, desapropriada, foi anexada a

Contagem, que, por sua vez, foi integrada ao município de Betim. No ano de 1941, pelo Decreto Lei n. 770, de 20 de março, o governo mineiro declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de aproximadamente 270 hectares na localidade, distante 9 km da Capital. A área abrangida pela Cidade Industrial seria aforada aos industriais por CR\$6.000,00 o metro quadrado. O governo, fugindo do monopólio imposto pela concessionária americana, comprometeu-se a construir a Usina hidroelétrica de Gafanhoto, no rio Pará, para abastecer as novas instalações industriais. A energia elétrica produzida pela usina mostrou-se insuficiente. Inicialmente, o potencial energético de 88 mil volts, produzido pela usina hidroelétrica do rio Betim, trouxe as indústrias pioneiras: Cia Cimento Portland Itaú, Companhia Industrial de Estamparia e Magnesita S.A, entre outras.

O planejamento da Cidade Industrial ficou a cargo de órgãos estaduais. O traçado hexagonal escolhido foi associado à cidade de Camberra, capital da Austrália (de acordo com a tradição oral). No relato de Lucas Lopes, secretário de agricultura do estado de Minas Gerais entre 1943 e 1945, sobre o projeto hexagonal escolhido pelo então Secretário da Agricultura Israel Pinheiro da Silva, encontramos:

"A Cidade Industrial foi planejada da forma mais interessante, típica de Israel. Parece anedota, mas não é. Ele não tinha a menor ideia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia qualquer e viu um mapinha da cidade de Camberra, nova capital da Austrália, onde havia um lugar com um pentágono e um eixo no centro, dizendo Cidade Industrial. Mandou copiar aquele desenho, sem ter ideia da conformação do sítio disponível, e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: está aqui, ó, Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir, e pronto".

A expansão dos bairros e vilas operárias não obedeceu ao que fora previsto na concepção do plano de Benedito Valladares, governador de Minas Gerais, "entregue à iniciativa privada, que, com a conivência do estado, promoveu a especulação imobiliária". O estado não supre os serviços urbanos básicos nesses núcleos habitacionais e, em consequência, prevalece um crescimento inteiramente caótico. "Os estratos populacionais mais pobres são segregados e carecem de todo tipo de equipamentos sociais".

Em 1996, na Cidade Industrial de Contagem, tem-se praticamente esgotada a área do hexágono, com 105 indústrias em funcionamento, limitando novas instalações. Apenas os quarteirões fronteiros à praça central do hexágono foram reservados à instalação da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, Cici/Ciemg – Centro Empresarial de Minas Gerais e DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Alguns terrenos encontravam-se desocupados, porém aforados, sendo que os respectivos foreiros tinham prazo determinado para construir, ou perderiam os direitos. Entre as várias deficiências do Parque Industrial, observa-se a ausência de zoneamento adequado. Ou seja, falta de definição de terrenos para escritórios, comércio, habitação, etc. Aliavam-se a este fato: a precariedade do sistema de telefones, a maioria dos estabelecimentos industriais possuía escritórios em Belo Horizonte e apenas uma pequena parte tinha endereço na Cidade Industrial para correspondência. Havia restrições também ao fato de ser a Cidade Industrial atravessada ao meio por uma rodovia de alta velocidade, dificultando o acesso às Indústrias.

A criação do "CINCO" – Centro Industrial de Contagem

Entre outras razões, o poder administrativo de Contagem resolve ampliar as instalações industriais do município, em

moldes modernos, sem a poluição, que trazia transtornos variados à população. A reforma tributária de 1966, ao criar o ICM, propicia a elevação significativa da arrecadação municipal, tornando possível a implantação de grandes obras pelo município, entre elas o "CINCO".

A criação do CINCO se deveu ao interesse manifestado pela Prefeitura de Contagem no sentido de verificar a possibilidade de expandir seu parque fabril e de conduzir sua atuação seguindo critérios alicerçados em bases racionais.

O "CINCO" propiciaria ao município de Contagem participar ativamente da condução de seu processo de industrialização, papel até então representado pelo estado. Ao contrário da Cidade Industrial "Juventino Dias", a concepção do "CINCO", em moldes modernos, se daria respeitando critérios de integração ao tecido urbano e sem prejuízo ao meio ambiente (controle da poluição, ausência de congestionamento de tráfego, etc.).

Foto: Rodrigo Piva



Vista aérea do Centro Industrial de Contagem – CINCO

NOSSA HISTÓRIA

O "CINCO" foi ocupado rapidamente. As empresas compraram grandes lotes, seja porque os preços eram subsidiados (tratando-se de um bom investimento), seja porque, no clima desenvolvimentista criado, as perspectivas de expansão eram muito otimistas.

O local de instalação do "CINCO" não foi escolhido aleatoriamente. Houve um completo levantamento das condições ótimas para a sua implantação. Dentre eles, poder-se-ia relacionar principalmente a proximidade de um mercado fornecedor de insumos e de um mercado consumidor. As reservas de manganês nas proximidades da região de Contagem eram aquelas de Conselheiro Lafaiete e do Quadrilátero Ferrífero. A ocorrência de calcário era constatada em praticamente todo o território mineiro. Atualmente, as grandes reservas que estão intensamente utilizadas se localizam nas proximidades da região de Contagem (Sete Lagoas, Pedro Leopoldo e Matosinhos). Os subprodutos e derivados de petróleo, como também os produtos mais nobres, são fornecidos pela Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras, ligada à região de Contagem pela BR-381. A distância entre a REGAP e o Centro Industrial Juventino Dias é de apenas 7 quilômetros.

Distritos Industriais de Contagem

Distrito Industrial de Contagem - CINCO

Área (m ²)	3 milhões
Número de empresas	92
Número de empregos	13.677

Distrito Industrial Coronel Juventino Dias – Cidade Industrial

Área (m ²)	3,2 milhões
Número de empresas	121
Número de empregos	16.012

Distrito Industrial Hélio Pentagna Guimarães

Área (m ²)	340.000
Número de empresas	12
Número de empregos	3.165

Distrito Industrial CINCO – Perobas (Cincão)

Área (m ²)	430.000
Número de empresas	50
Número de empregos	4.531

Distrito Industrial Cinquinho

Área (m ²)	140.600
Número de empresas	14
Número de empregos	348

Área Industrial do Bairro Inconfidentes

Área total	78.000 m ²
Empresas instaladas	10

Outras áreas industriais

Distrito Industrial Riacho das Pedras, Vila Paris, Bairro Bandeirantes, Bairro Campina Verde, Chácaras e Boa Vista.

Fonte: Jornal Folha de Contagem, agosto/2009.

Aspectos socioeconômicos de Contagem

Após a implantação da Cidade Industrial, Contagem pôde distinguir duas fases de desenvolvimento. Na primeira fase, a atividade concentrou-se nas imediações do Distrito, verificando-se ramos tradicionais da indústria, como metalurgia, indústria mecânica e exploração de minerais não

NOSSA HISTÓRIA

metálicos. A partir de 1968, com a criação do "CINCO" – Centro Industrial de Contagem, ocorreu a diversificação da estrutura industrial, instalando-se indústrias de bens de capital e de consumo duráveis.

Contagem abriga o maior complexo industrial do estado, com amplo e diversificado parque fabril. Seu consumo de energia elétrica em 2004 foi de 1,2 milhão de KWH, sendo a participação do setor industrial de 56,53%.

O setor de atividade com maior número de estabelecimentos em 2005 foi o comércio, seguido dos serviços e da indústria de transformação. Verificou-se a mudança na estrutura ocupacional de 1995 a 2005, quando o emprego no setor terciário passou a ser mais significativo do que o emprego industrial, como ocorreu similarmente no movimento do PIB setorial do município. Ao mesmo tempo em que há queda na atividade industrial, verifica-se crescimento nas atividades de comércio e serviços.

Constatou-se, ainda, o incremento dos segmentos modernos da indústria de equipamentos elétricos, do comércio atacadista e da indústria de alimentos, devido, principalmente, à expansão das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (CEASA), em 1984.

Nos anos de 1990 e início dos anos de 2000, esse crescimento foi acelerado pela implantação do primeiro shopping da cidade, na região do bairro Eldorado, e pela ocupação do terreno da antiga Companhia de Cimento Portland Itaú por um centro comercial, que atrai consumidores de toda a região metropolitana e da Capital.

O município de Contagem arrecadou em 2006 um total de R\$702.887 milhões em Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Deste total, 41,89% referem-se à arrecadação industrial. Nesse setor, o mais representativo é o metalúrgico, com 25,88% da arrecadação, seguido da indústria de minerais não metálicos, da mecânica e de produtos alimentares.

O setor comercial, além de se destacar no número de estabelecimentos e empregados, também é representativo na arrecadação de ICMS, devido, fundamentalmente, ao comércio atacadista da CEASA, que atende grande parte do estado. No setor de serviços, destaca-se o transporte, que foi o que apresentou maior expansão em Contagem entre 1990 e 2003, tendo arrecadado R\$24.793 milhões em 2006.

Atualmente, percebe-se certa estagnação na atividade industrial no município. Belo Horizonte e Betim ultrapassaram a produção industrial de Contagem. Em Betim, esse crescimento foi acelerado pela FIAT Automóveis, montadora ali instalada na década de 1970, que atraiu inúmeros fornecedores para as proximidades da montadora. Em Belo Horizonte, esse avanço pode ser aplicado pelo incentivo aos setores emergentes de alta tecnologia, como informática, biotecnologia e química fina, indústrias que ocupam espaço físico reduzido, mas que geram elevado valor agregado.

Apesar dos impactos em decorrência de mudanças do sistema produtivo, a indústria de Contagem ainda desempenha papel fundamental no planejamento estratégico da gestão pública municipal. Atualmente, segundo o Centro Industrial de Contagem (CINCO), estão em operação em Contagem seis distritos industriais: "CINCO", CINCÃO, CINQUINHO, Distrito Industrial Coronel Juventino Dias – Cidade Industrial, Áreas Industriais do bairro Inconfidentes e Riacho das Pedras, este

último em área particular. Encontra-se em projeto de implantação o Distrito Industrial Hélio Pentagna Guimarães, com áreas disponíveis para grandes empreendimentos industriais.

Algumas empresas desenvolvem programas educacionais, o que vem reduzindo o índice de analfabetismo. Porém, somente 10,4% dos trabalhadores possuem o nível superior completo, havendo uma deficiência de mão de obra qualificada.

Além disso, há um distanciamento dos centros de pesquisa e difusão tecnológica, o que dificulta o acesso a novas técnicas, métodos e conhecimentos que poderiam ser relevantes para a empresa na inovação ou, mesmo, na modernização tecnológica e na competição no mercado.

Os estabelecimentos que se instalaram nas primeiras décadas de ocupação do parque industrial tiveram como atrativos os incentivos fiscais. Nesse período, a presença e a atuação do estado foram fundamentais.

A partir dos anos de 1980, outros fatores tornam-se mais importantes para a instalação de uma indústria: existência de um parque industrial organizado, infraestrutura urbana, localização e acesso, e proximidade com clientes e fornecedores.

Apesar dos estímulos para a implantação no Distrito, há uma quantidade razoável de áreas vazias ou desativadas. As razões que levaram a essas desativações são diversas: algumas empresas se deslocaram para espaços maiores, outras foram incentivadas pela oferta de áreas menos onerosas em loteamentos distantes.

Alguns espaços vazios e empresas em atividade fazem

divisa com residências de baixa renda instaladas nesta região industrial, como a Vila São Paulo e a Vila Itaú, que surgiram, sobretudo, pelo não planejamento de áreas residenciais.

As vilas, que, muitas vezes, ocupam os passeios e as ruas, deram nova conformação ao traçado. Algumas manchas residenciais próximas aos lotes vagos tornam-se vulneráveis a invasões. Existe a preocupação por grande parte das empresas com a insegurança do Distrito. Muitas justificam a presença dessas vilas como fator que contribui para este fato.

De acordo com os dados do Centro Integrado de Comunicações Operacionais da Polícia Militar, a Cidade Industrial está entre os bairros de Contagem onde ocorrem as maiores incidências de crimes violentos, o que leva mais de 80% das empresas a julgarem como de regulares as ações para manter a segurança na região.

A ocupação dos passeios ocorre também em outras áreas, obstruindo a passagem dos pedestres. Porém, isso se dá, em sua maioria, devido ao comércio informal e/ou a ambulantes. Estes comerciantes estão distribuídos pelo Distrito, com uma concentração nas áreas próximas às praças.

O sistema viário de acesso ao Distrito Industrial Coronel Juventino Dias tem como vias principais a Av. Amazonas, o Anel Rodoviário, a Via Urbana Leste/Oeste (Via Expressa) e a BR-381. No entanto, mesmo dispondo de um conjunto de avenidas de articulação, há transtornos, devido ao intenso fluxo, principalmente na Av. Amazonas.

O transporte coletivo utiliza, preferivelmente, as vias estruturais, gerando curso intenso em determinadas áreas, podendo interferir na qualidade do ar, considerada por mais de 75% das empresas de regular a péssima. Para a FEAM –

Fundação Estadual do Meio Ambiente, a qualidade do ar está dentro dos padrões aceitáveis, registrando apenas dois dias de condições inadequadas em 2006. As praças Louis Ensich, Papa João XXIII e Antônio Mourão Guimarães, bem como a antiga Praça Itaú, concentram os maiores fluxos de veículos.

Chegam a passar por alguns desses trechos até 100 linhas de ônibus, sendo estas da TRANSCON, regida pela Prefeitura Municipal de Contagem, BHTRANS, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e DER/MG – Departamento de Estradas de Rodagem. Ressalta-se que é de Contagem que procede o maior contingente da população que realiza o movimento pendular para Belo Horizonte com o objetivo de trabalho e que a maioria dos funcionários do Distrito reside fora de Contagem, o que contribui para a intensificação do transporte.

A preocupação com a questão ambiental está presente nas empresas. Segundo entrevista realizada, já existe parceria entre algumas indústrias para o tratamento coletivo de efluentes e 41,3% das empresas que produzem resíduos reciclam estes produtos.

De acordo com as respostas obtidas, 69% das empresas estão instaladas em áreas próprias, 27% em áreas alugadas e 3,2% em áreas arrendadas. A maior parte das empresas não ocupa plenamente sua área, podendo isso ser comprovado pelo volume de estabelecimentos que utilizam menores extensões dos terrenos.

É importante verificar com os empresários a possibilidade de realocação dessas áreas, pois quase 30% das empresas que possuem espaços ociosos têm interesse na venda e as que têm perspectivas de expansão nos próximos anos, em

sua maioria, desejam ampliar suas instalações no próprio Distrito.

A mudança de paradigma impôs várias transformações às empresas, como a redução da necessidade de grandes áreas construídas e a criação de ambientes de trabalho mais humanizados. Atualmente, são valorizados ativos intangíveis e menos os ativos fixos. As empresas são mais horizontalizadas, terceirizando grande parte de seus processos produtivos. Avançaram tecnologicamente e reduziram proporcionalmente a incorporação da mão de obra.

Se houve alterações na estrutura produtiva industrial, consequentemente, deveriam ocorrer também nos distritos industriais que as abrigam. A necessidade de sua revitalização é premente, com impactos positivos do ponto de vista da organização dos espaços produtivos, da organização do espaço urbano e do relacionamento entre as empresas e comunidades do seu entorno. A mudança da imagem também é fundamental para que o espaço desses distritos industriais, especialmente o da Cidade Industrial, possa ser o espelho de um município social e economicamente sustentável e ambientalmente correto.

Considera-se que fatores como localização e acesso foram essenciais para a implantação das empresas no Distrito e para assegurar o bem público e o particular. Além disso, a qualificação do espaço urbano e a atração de novos empreendimentos são primordiais para o seu fortalecimento.

Deve-se atentar para os impactos em relação às mudanças que vêm ocorrendo em municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como a requalificação do Anel Rodoviário e a construção da Linha Verde, do Aeroporto

NOSSA HISTÓRIA

Indústria e do Complexo Acrílico, que poderão atrair novos investimentos e empreendedores para essas localidades em detrimento do município de Contagem e do Distrito. Torna-se imperativa a elaboração de projetos integrados com entidades e órgãos responsáveis como forma de viabilizar o processo de licenciamentos e a adequação da atividade produtiva, considerando a idade das empresas.

Sendo assim, o conhecimento das diversas questões relativas ao "Diagnóstico" e o confronto com as indicações do mercado e o interesse empresarial permitirão priorizar programas e ações específicos para a superação dos obstáculos para a revitalização da Cidade Industrial de Contagem. O trabalho conjunto dos diversos atores, dos vários níveis governamentais e empresariais, é que trará a percepção e a sensibilidade necessárias para, aliadas ao conhecimento, alcançar soluções realmente edificantes para o Distrito.

Greve de Contagem – 1968

O primeiro grande movimento operário contra a política econômica de arrocho salarial da ditadura aconteceu em Contagem. A greve começou no dia 16 de abril de 1968, em uma seção da companhia Belgo-Mineira, e atingiu 1.200 operários. O movimento ganhou rapidamente o conjunto dos trabalhadores e adotou como forma de pressão a ocupação da fábrica.

A greve força a vinda do ministro do trabalho Jarbas Passarinho a Minas para negociar com os grevistas. Ele sabia que a greve de Contagem poderia ser imitada. Diante da assembleia, ele parte para o ataque e ameaça. Mas os trabalhadores não se intimidam e mantêm as suas

reivindicações. O ministro acaba se retirando sob as vaias dos operários. Era a primeira vez que isso acontecia.

Após as ameaças do ministro-coronel, a greve se expandiu. O governo, então, apresentou uma proposta de aumento de 10%, que vinha seguida de um ultimato: "A recusa significa uma declaração de guerra". Mesmo abaixo do que era reivindicado pelos operários, a proposta representava a primeira vitória dos trabalhadores contra a política de arrocho salarial.

A diretoria do sindicato resolveu aceitar a proposta, mas os operários, em assembleia, decidiram rejeitá-la. O confronto pareceu iminente. No dia seguinte, surpreendentemente, o movimento se ampliou, e mais de dez empresas aderiram. Agora, já eram quase vinte mil trabalhadores paralisados na primeira grande greve operária desde o golpe militar de 1964.

A guerra então começou. A Polícia Militar ocupou as ruas da Cidade Industrial e impediu a realização de assembleias e aglomerações. Os patrões passaram a convocar os

Foto: Arquivo Casa da Cultura



*Movimento
grevista
de 1968*

NOSSA HISTÓRIA

trabalhadores em suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária por justa causa. Às vésperas do 1º de maio, o general-presidente Costa e Silva comunica a extensão do aumento de 10% para todos os trabalhadores brasileiros.

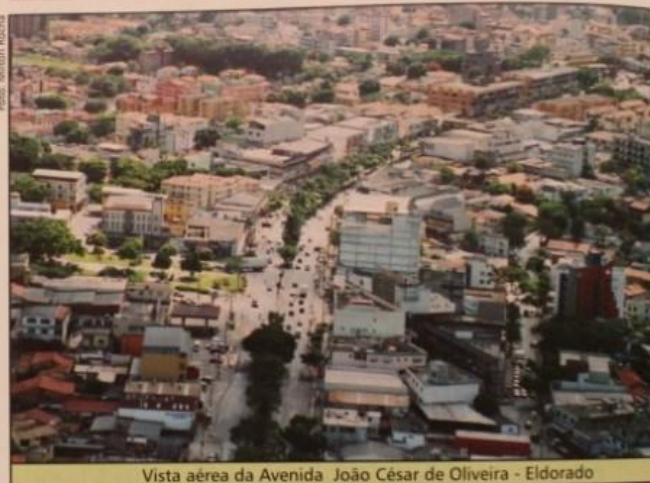


*Greve dos
trabalhadores do
Parque Industrial
Juventino Dias,
em 1968*

Na segunda greve, deflagrada no mês de outubro de 1968, os ânimos acirraram-se, e as tropas da Polícia Militar usaram de violência para acabar com a resistência dos operários, que ocupavam a fábrica da Mannesmann, expulsando-os. O sindicato dos metalúrgicos sofreu a intervenção do Ministério do Trabalho, e a greve foi derrotada.

Pode-se considerar a greve dos trabalhadores do Parque Industrial Juventino Dias uma forma de expressão contra o projeto de progresso das classes dominantes, que exclui a maioria da população do processo político do País. Pode ser vista também como uma resposta dos trabalhadores ao autoritarismo implantado pelos militares.

CONTAGEM CONTEMPORÂNEA Os desafios de uma cidade sustentável



Vista aérea da Avenida João César de Oliveira - Eldorado

Contagem é uma cidade privilegiada pela sua localização geográfica e pela forte vocação industrial. A apenas 21 km da Capital, está inserida em ponto estratégico do sudeste brasileiro. Isso proporciona vantagens logísticas de escoamento para todas as regiões do País (Norte/Nordeste, Sul/Sudeste), Mercosul e os portos brasileiros.

Setor Primário – Atividades agropecuárias

A cidade de Contagem, que já teve sua economia baseada na atividade agropecuária em tempos distantes, hoje apresenta

um quadro bastante modificado. A pecuária, uma das mais antigas atividades econômicas do município, representa hoje uma pequena parcela da economia local, com um rebanho bovino de 3.082 cabeças, utilizado na produção leiteira e, na sua maioria, como gado de corte. A agricultura é uma atividade familiar e voltada para o comércio local, sendo apoiada por projetos institucionais, como o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Familiar, que visa fomentar a produção e a comercialização de alimentos saudáveis (agroecológicos).

Setor Secundário – Atividades industriais



Com a criação da Cidade Industrial, em 1941, Contagem consolidou o desenvolvimento econômico e sua vocação natural para sediar indústrias.

Mais tarde, na década de 1970, o moderno e competitivo Parque Industrial, sustentado por importantes segmentos da

indústria de transformação, teve um dos maiores índices de crescimento do País. Atualmente, com quase 700 mil habitantes, Contagem ocupa posição de destaque entre os municípios mineiros que mais contribuem para a formação do PIB estadual. Seu montante passa de 3 bilhões de reais, que corresponde a um PIB per capita superior a 5 mil reais.

Para o desenvolvimento de seu parque industrial, o município conta com as vantagens locais representadas pela proximidade de fontes de recursos naturais, de jazidas minerais do polo siderúrgico, de amplo mercado consumidor e de um enorme contingente de mão de obra especializada. O PIB de Contagem agrega grande parte de seu valor, por meio da produção de um moderno e competitivo Parque Industrial, constituído por quase 2.500 indústrias. Elas distribuem-se entre os ramos da indústria de minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material de transporte e equipamentos eletro-eletrônicos, entre eles componentes GTD, além de novos segmentos das indústrias química e de alimentos e bebidas, em expansão no município. Contagem é hoje a cidade que mais indústrias concentra no estado, chamada até de "Capital das Indústrias".

Integradas ao mercado globalizado, empresas exportadoras com plantas em Contagem contam com o apoio de órgãos institucionais para a viabilização de negócios internacionais, entre eles a Câmara Internacional do Comércio, o Trade Point – BH e o Minas Trade Center, da FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. Em 1997, o montante exportado por empresas com representação em Contagem alcançou, aproximadamente, 28% do total de negócios realizados por Minas Gerais no exterior. Atualmente, Contagem é a 14ª cidade exportadora de Minas Gerais e a 74ª do Brasil, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento.

Setor Terciário – Atividades comerciais

O comércio do município é bastante ativo, dada a atração que exerce sobre as cidades vizinhas, o que lhe dá o status de cidade-polo. Encontram-se em atividades aproximadamente 15 mil estabelecimentos comerciais, como grandes hipermercados, com grande movimento em volume de vendas e geração de empregos e comércio de roupas femininas e masculinas. Além dos seus dois grandes shoppings centers, a cidade conta com uma intensa atividade comercial nos bairros Eldorado, Industrial, Riacho das Pedras e Amazonas. Há uma grande variedade de segmentos comerciais, com destaque para o de eletrodomésticos, calçados, vestuário e alimentação.



Centro Comercial

Foto: Ronaldo Leandro



Central de Abastecimento de Minas Gerais – CEASA

A cidade sedia a segunda maior central de abastecimento do País, a CEASA. Compreendendo um complexo de 2,3 milhões/m², as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, principal espaço atacadista de Contagem, constituem o maior centro nacional de comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros, cereais e produtos diversos. Seu comércio abrange 580 empresas, 8 mil produtores e 400 municípios mineiros, além das grandes capitais e municípios de outros estados, gerando 15 mil empregos diretos. Por ano, são comercializadas 2,3 milhões de toneladas de produtos, movimentando R\$ 1,7 bilhão de reais.



PRIMEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO EM CONTAGEM- 1941-1967

Ao lançar um olhar sobre o processo histórico de Minas Gerais, é possível identificar o papel de Contagem no contexto geral como uma região que documenta momentos importantes desse processo. Em suas origens, viveu um período marcado pela “febre metálica” que acometia a metrópole mercantilista: suas primeiras atividades produtivas e comerciais existiam em função da atividade extrativa que ocorria na região mineradora.

Contagem passou por um período de estagnação econômica em decorrência da desativação do posto fiscal e modificação nas rotas das mercadorias. Transcorridos quase duzentos anos, voltou a ter um papel relevante no desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais, em função da transferência da capital do Estado para Belo Horizonte. No entanto, a grave crise do capitalismo mundial em 1929, que se estendeu por toda a década de 30, impôs brutal retração às atividades agropastoris e ao comércio interno e externo, nas esferas estadual e federal.

Em 1935, mais uma vez reuniram-se os representantes dos setores produtivos mineiros e uma das reivindicações apresentadas foi a concentração das atividades industriais em área previamente destinada àquela finalidade. Na realidade, foi lançada a idéia da construção de um parque industrial, idéia essa concretizada mais tarde.

No ano de 1941, através do Decreto-Lei n.º 770 de 20 de março de 1941, o governo mineiro declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de aproximadamente 270 hectares na localidade de Ferrugem, a 9 km do perímetro urbano de Belo Horizonte. Anunciava-se a construção da Cidade Industrial “Juventino Dias” que era o cerne do plano de recuperação econômica de Minas Gerais.

Para além da preservação da planta da Capital mineira, que não comportava em seu desenho urbanístico área destinada a parque industrial nas dimensões do que se cogitava, sua alocação fora do município de Belo Horizonte obedecia a séria e imperiosa razão: o fornecimento de energia elétrica à capital era feito pela Companhia de Força e Luz de Minas Gerais, concessionária da Electric Bond and Share, grupo americano que criara no Brasil a American And Foreign Power (AMFORP). Como o seu desempenho era precário e a empresa não tinha condições para ampliar sua capacidade energética, Benedito Valadares promoveu a instalação da Cidade Industrial em localidade de Contagem, naquela época, Distrito do Município de Betim, fugindo ao monopólio imposto pela companhia fornecedora de energia elétrica.

O programa abrangeria o desenvolvimento simultâneo da agricultura e da pecuária, da indústria extrativa e da indústria em geral. O pólo industrial segue pois, nas palavras do interventor, “a orientação moderna em todos os países visando a concentração das indústrias porque só assim se pode efetivamente baratear o custo da energia elétrica.”

Vou contar algo que parece anedota, mas não é. Ele não tinha a menor ideia do traçado de uma cidade industrial. Abriu então uma enciclopédia qualquer e viu um mapa da cidade de Camberra, nova capital da Austrália, onde havia um lugar com um pentágono e um eixo ao centro, dizendo “cidade industrial”. Mandou copiar aquele desenho, sem ter ideia da conformação do sítio disponível, e simplesmente o plantou em cima do terreno. Ele precisava de algo que ninguém discutisse e conseguiu: ‘Está aqui ó! Cidade Industrial de Camberra. Não vamos discutir e pronto.’

A área abrangida pela Cidade Industrial era de 400 mil metros quadrados, ou seja, 84 alqueires. O terreno seria aforado aos industriais a Cr\$ 6,00 o metro quadrado, preço este mantido até 1956. O governo se comprometeu também a fornecer energia elétrica para as indústrias e para isso, iniciou a construção da Usina Hidrelétrica de Gafanhoto, no Rio Pará.

O Estado procurava superar os obstáculos fundamentais, como registrou a revista Mineira de Engenharia de dezembro de 1942 “(...) no plano de aparelhamento econômico do Estado deveria incluir-se um fator decisivo: força motriz. Mas o nosso estado não dispõe de combustíveis sólidos ou líquidos, hulha ou petróleo. Possui, no entanto um elemento precioso, que de certo modo compensa essa deficiência de combustíveis, o potencial hidráulico, que é o maior entre os estados da federação”.

Segundo Lucas Lopes, não houve critérios de prioridade para a instalação das indústrias. Fez-se um zoneamento das indústrias que normalmente poderiam se instalar na Cidade Industrial, evitando-se aquelas excessivamente pesadas. Após o lançamento do plano, a Cia. Cimento Portland Itaú estava em entendimentos com o governo mineiro para a instalação no parque industrial de Minas, mais tarde denominada “Cidade Industrial Juventino Dias” em homenagem ao diretor da Companhia de Cimento.

Contrariando as expectativas de resultados imediatos gerados pelo Plano de Recuperação Econômica com os dados levantados pelo recenseamento dos anos 50 e 55, percebe-se que as empresas de maior porte só se instalaram após 1955. A energia elétrica produzida pela Usina de Gafanhoto era insuficiente. A grande transformação operada nos rumos da economia de Contagem ocorreu com a criação da CEMIG- Centrais Elétricas de Minas Gerais.

Outro fator relevante que reafirmou o desenvolvimento econômico- industrial como meta prioritária, dentro do período marcado pelo binômio “Energia e Transporte”, foi a construção da Avenida João César de Oliveira, fruto de articulações políticas empreendidas por Juscelino Kubitschek. As consequências dessa política se materializaram numa maior diversificação da estrutura do parque industrial e sua transformação num efetivo pólo de industrialização.

Entre 1941 e 1949 implantaram-se, na Cidade Industrial, onze empresas, empregando cinco mil e nove operários. Mas é de 1950 a 1960 que se verifica um salto, passando a existirem quarenta e uma empresas com treze mil trezentos e trinta e dois funcionários trabalhando. A distribuição do pessoal na indústria era a seguinte, no período: metalurgia – 32,3%; plásticos – 2%; têxtil – 11,7%; material elétrico – 3,4%; minerais não-metálicos – 8,14%; produtos alimentícios – 3,6%; borracha – 1,8%; papel e papelão – 1,9%; mecânica – 31,7%; mobiliário – 0,9%; madeira – 0,6%; química – 3,5%; vestuário e calçados – 0,4%. (PLAMBEL- 1978:84).

Os dados retratam a diversidade de empresas e o crescimento do **parque industrial**, o que modifica profundamente o espaço urbano do Município de **Contagem** e a vida de inúmeros trabalhadores que se incorporam ao trabalho fabril.

SEGUNDA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO – 1968/1981

Durante a década de sessenta, a indústria mineira viveu os seus melhores momentos, com uma taxa de crescimento mais elevada do que as da indústria nacional, tanto na geração de empregos quanto na produção industrial. Contagem se destacou no cenário metropolitano, dentro da euforia do “Milagre” econômico brasileiro que proporcionou a concessão de crédito subsidiado pela política industrial alimentada pelos incentivos fiscais criados pela Lei n.º 5261/69.

No final da década de setenta, Contagem, Betim e Belo Horizonte abrigavam quase todos os estabelecimentos do Parque industrial da região metropolitana, agregando em torno de 80% do emprego e do valor de produção. Em 1966, a Cidade Industrial tem praticamente esgotada a área do hexágono, com 105 indústrias em funcionamento, limitando novas instalações. Foram reservados quarteirões para a instalação da CEMIG e DNER.

Os terrenos desocupados eram aforados, agravando as deficiências do parque industrial que não apresentava um zoneamento adequado, havendo falhas na distribuição de terrenos destinados para escritórios, comércio, habitação, etc.

Vários fatores foram complicadores na ocupação do parque industrial: o traçado ferroviário confuso, com ramais excessivos, lotes seccionados arbitrariamente para penetração de linha de força e a existência de uma rodovia de alta velocidade atravessando o espaço, dificultando o acesso às indústrias. Enfim, a inexistência de uma proposta urbanística dificultava a expansão do Parque Industrial “Juventino Dias”.

A reforma tributária de 1966, criando o ICM, permitiu a elevação significativa da arrecadação municipal, tornando possível a realização de grandes obras, entre elas a captação da Vargem das Flores, implantação do projeto CURA* - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada - no Eldorado e a criação do CINCO – Centro Industrial de Contagem.

Os estudos preliminares, realizados pelo EPUC – Escritório de Planejamento Urbano de Contagem, apontaram para a necessidade de expansão do setor industrial mineiro e Contagem apresentava as condições necessárias.

Projeto CURA - Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada: era um programa do Banco Nacional de Habitação, destinado ao financiamento de obras de urbanização e da construção de equipamentos urbanos.

Para tanto, a Prefeitura de Contagem planejou a instalação do novo núcleo industrial no Município, com os estudos, projetos e obras de infra-estrutura ficando sob sua responsabilidade. Foi reservada uma área de 2.761 km quadrados, situada entre a Cidade Industrial e a Sede do Município. A concepção do CINCO, em moldes modernos, se daria respeitando os critérios de integração do tecido urbano, sem prejuízo do meio ambiente.

O CINCO foi ocupado rapidamente em função dos preços subsidiados e das perspectivas de expansão bastante otimistas. A indústria típica desse período apresenta diversos ramos voltados para a produção dos bens de capital e bens duráveis de consumo.



TERCEIRA FASE DA INDUSTRIALIZAÇÃO – 1982 ATÉ NOSSOS DIAS

A política do “Milagre Econômico” entrou em crise a partir de 1974 diante da estreita dependência econômica em relação aos mercados internacionais. O aumento do preço do petróleo e de outras matérias-primas e insumos industriais atingiu frontalmente a balança comercial brasileira gerando um déficit de 8,2 bilhões de dólares no biênio 74/75.

A economia de Contagem apresentou sérios problemas e nos ramos mais tradicionais como a indústria de minerais não-metálicos e metalurgia ocorreu uma diminuição significativa do número de empregos.

Entre 1980 e 1985, dados fornecidos pelos censos econômicos do IBGE apontaram o aumento do comércio e serviços, principalmente do comércio atacadista e da indústria de alimentação, na estrutura econômica do Município. Na Cidade Industrial, algumas empresas cessam suas atividades por se tornarem antieconômicas, como foi o caso da Cia Cimento Portland Itaú.

O CINCO esgota seu potencial em termos de área para instalação de novas indústrias. O CINCÃO, pela falta de infra-estrutura, tem ocupação lenta.

A concentração de atividades comerciais no Eldorado continuou crescendo através da instalação de filiais das principais redes comerciais, de hipermercados, e de um shopping , elevando o bairro ao “status” de centro da cidade.

O padrão industrial do Município vem se alterando ao longo das variantes econômicas por que passam o Estado e o País. A Cidade Industrial assiste à decadência de sua infra-estrutura, obsolescência tecnológica e conseqüentemente à perda da competitividade frente ao mercado nacional e estrangeiro.

Texto: Júlia Carolina Cunha - Dossiê de Tombamento das Chaminés e do Prédio Administrativo Companhia Cimento Portland Itaú/1999



FOTOGRAFIAS





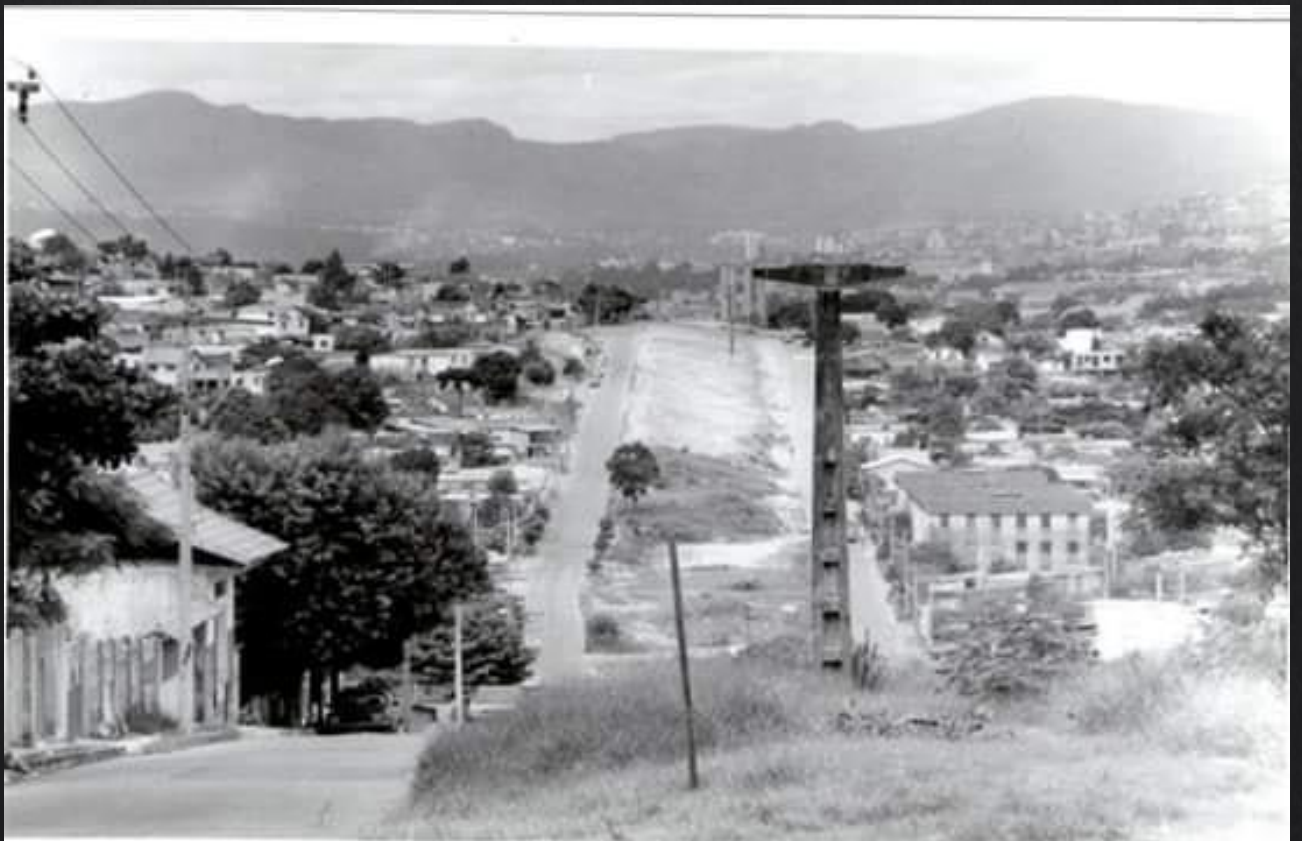
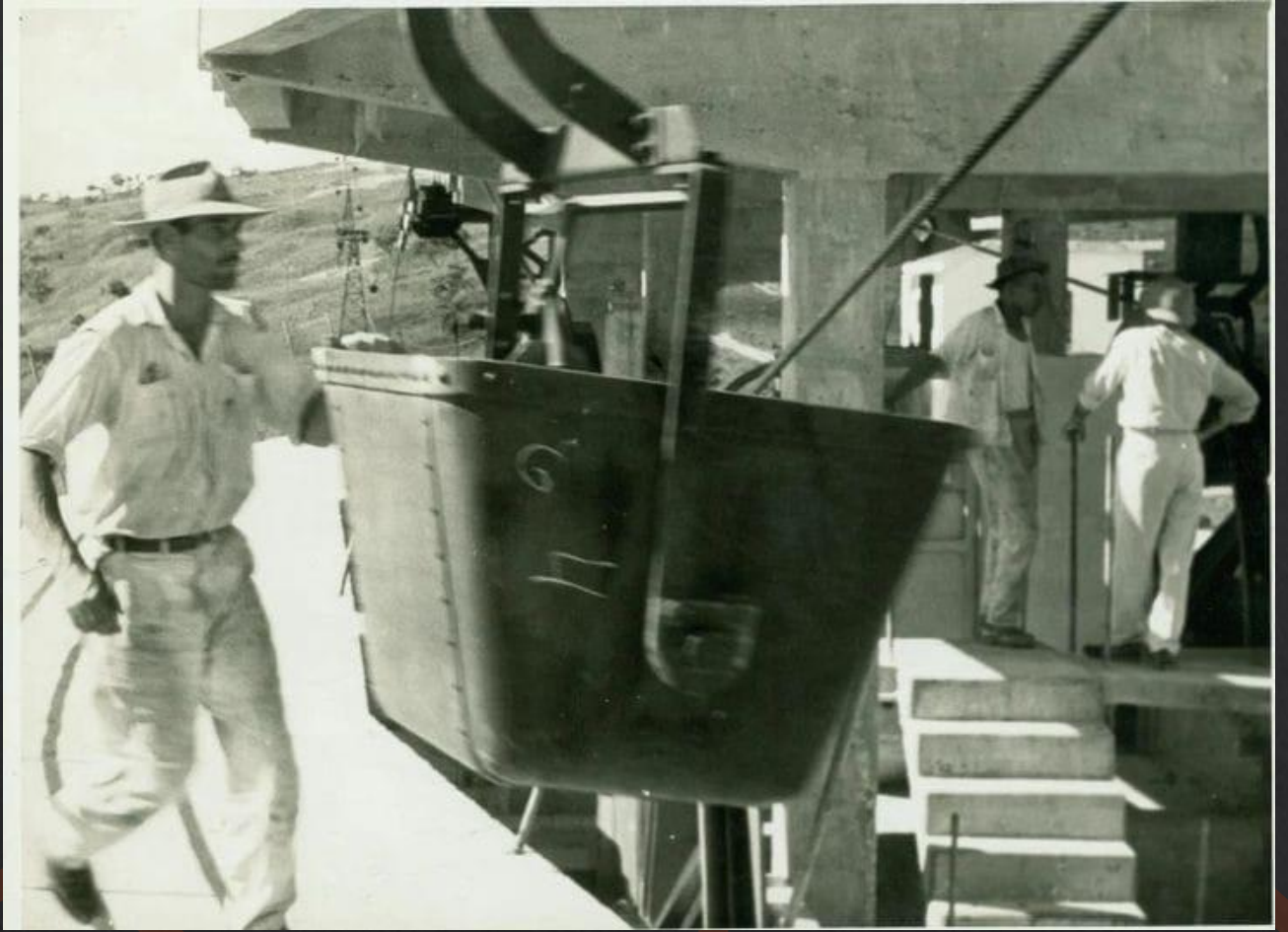




Foto 1 - Conjunto Água Branca, em construção







Metalúrgicos da Belgo-Mineira, MG. Abril de 1968. Apesp/Fundo Última Hora. Apud: IIEP, 2014, p. 50.







**REFERÊNCIA
AUDIOVISUAL**



FILME "1968: A GREVE DE CONTAGEM" – CARLOS PRONZATO

DISPONÍVEL NO YOUTUBE

Em 2018, completaram-se cinquenta anos da primeira greve operaria durante a ditadura militar (1964 – 1985). Através de depoimentos de historiadores, investigadores e operários que participaram dessa histórica greve na Cidade Industrial de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, o documentário reconstrói este episódio que se prolongou naquele mesmo ano, em julho, na famosa greve de Osasco, em São Paulo, acirrando o confronto com a burguesia no período militar e lançando as sementes do novo sindicalismo que surgiria uma década depois.

Direção, Roteiro e Produção: Carlos Pronzato

Câmera: Carlos Mandacarú

Edição: Luís Oliveira

Pesquisa e Montagem: Carlos Pronzato

Consultoria Histórica: Carolina Dellamore

Trilha sonora: Babilak Bah

Tema musical: Alexandre Salles e Ulisses de Andrade

Ano de Produção: 2018

Duração: 50 min.

Realização: La Mestiza Audiovisual



**PREFEITURA DE
CONTAGEM**